



Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais

Flávio Leitão Tavares
José Fernando Cosentino Tavares
Márcia Rodrigues Moura

AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO QUINTO BIMESTRE DE 2012

REDUÇÃO DA META PRIMÁRIA
AVALIAÇÃO DAS RECEITAS
DESCONTINGENCIAMENTO

Nota Técnica Nº 26/12
(6 de Dezembro)

CONTEÚDO

I – CONCLUSÕES SOBRE A QUINTA AVALIAÇÃO.....	2
II – O DESCONTINGENCIAMENTO DE NOVEMBRO	7
III – MAIS SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB.....	7
IV – MAIS SOBRE DIVIDENDOS	11
V – MAIS SOBRE DESPESAS	13
VI – PARÂMETROS.....	13
VII – FINANÇAS PÚBLICAS E CUMPRIMENTO DA META EM 2012	14
TABELAS ANEXAS.....	19

Endereço internet: <http://intranet2.camara.gov.br/internet/conheca/estruturaadm/conof>

E-mail: conof@camara.gov

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados. Os autores agradecem a contribuição do estagiário de economia Rafael Carvalho Marinho.

I – CONCLUSÕES SOBRE A QUINTA AVALIAÇÃO

1. **Resumo** Na 5ª e última Avaliação orçamentária de 2012 e no correspondente Decreto 7.847/12, de 23 de novembro, caem moderadamente a previsão de receita total (em R\$ 4,3 bilhões) e da receita líquida da União (R\$ 630 milhões) em relação à anterior; aumentam despesas obrigatórias que não poderiam permanecer subestimadas por mais tempo (R\$ 16,4 bilhões);¹ lança-se mão de incluir na programação o abatimento facultativo das despesas do PAC, escolhido para tal o mesmo montante que constou da proposta orçamentária e da Lei de 2012 (R\$ 25,6 bilhões); e, como resultado, liberam-se R\$ 8,5 bilhões para empenho e movimentação financeira (R\$ 8,4 bilhões na programação do Executivo, dos quais R\$ 5,2 bilhões comprometidos com despesas obrigatórias no conceito da LDO)². No primeiro decreto de programação orçamentária e financeira, em fevereiro, o contingenciamento de despesas discricionárias foi de R\$ 35 bilhões em relação à Lei.³

2. Caso o orçamento se realizasse nesses novos termos, as despesas alcançariam 18,8% do PIB, em alta de mais de 1 ponto de porcentagem do PIB tanto em relação a 2011, quanto à média 2008-2010 (descontada a despesa com a capitalização da Petrobras em 2010).⁴ Receitas líquidas na 5ª Avaliação também seriam maiores que em exercícios anteriores, apesar do desempenho insatisfatório da arrecadação de impostos e contribuições. O resultado primário da União, se as estatais cumprirem sua meta, seria de 1,6% do PIB, e caso os governos regionais mantenham seu desempenho dos últimos 12 meses, teríamos para o setor público consolidado 2,2% do PIB. Nesse cenário, a LDO já estaria descumprida, pois o limite de abatimento por conta desses investimentos

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, 2012		
Simulação de Resultados a partir da 5ª Avaliação		
	R\$ Milhões	% do PIB
Governo Central	71.373,0	1,59
Receita Líquida	913.787,4	20,35
Despesas	842.414,4	18,76
Estatais Federais	-	-
Governos Regionais	26.500,0	0,59
Consolidado	97.873,0	2,18
Meta da LDO	139.822,0	3,11
Frustração	41.949,0	0,93
<i>Memória:</i>		
Abatimento Máximo PAC	40.600,0	0,90
Meta Cheia da União	96.973,0	2,16

Fonte: Relatório de Avaliação do 5º Bimestre; LDO de 2012; Bacen. Hipótese de resultado de governos regionais e elaboração dos autores.

¹ Difere do valor anunciado porque nossa tabela, para tornar a série comparável, inclui despesas financiadas por convênios e doações nas despesas discricionárias.

² Desde o decreto de programação financeira, foram descontingenciados R\$ 9,7 bilhões, dos quais R\$ 6,5 bilhões foram comprometidos com despesas obrigatórias no conceito dos decretos de programação: as constantes da LDO (Anexo IV), exceto os itens constantes do Anexo VI do Decreto 7.680/12.

³ No total as despesas cairiam em exatos R\$ 55 bilhões, consideradas também despesas obrigatórias – o então chamado “esforço fiscal”, poupança com que o Tesouro contribuiria para o controle da demanda agregada e da inflação. Esse esforço teria caído na 5ª Avaliação a R\$ 23,9 bilhões. Curiosamente, essas comparações vinham sendo feitas em relação ao orçamento aprovado pelo Congresso, não a despesas de exercícios anteriores.

⁴ Com a divulgação pelo IBGE em 30 de novembro da primeira estimativa do crescimento do PIB no 3º trimestre, os indicadores fiscais do Banco Central da mesma data, para o período encerrado em outubro, ficaram desatualizados, e mais ainda a hipótese da 5ª Avaliação para o PIB, que está sendo usada na falta de outra.



prioritários é de R\$ 40,6 bilhões, que dificilmente serão desembolsados, e ainda assim, insuficientes.

3. Nossa expectativa, com hipóteses diferentes da 5ª Avaliação e algum otimismo, é de que o resultado primário consolidado em 2012, ao invés de R\$ 139,8 bilhões, seja de apenas R\$ 94 bilhões, equivalentes a menos de 2,1% do PIB. A diferença não seria coberta pelas despesas do PAC, que estimamos em menos de R\$ 36 bilhões. Nossa hipótese é de que receitas e despesas sejam menores que na 5ª Avaliação. A despesa, equivalente a 18,2% do PIB, seria a maior no período 2008-2012. Quanto à receita líquida, só seria inferior ao observado em 2011. Fica claro, tanto na 5ª Avaliação, quanto em nossa simulação, que o desequilíbrio das contas federais se deve principalmente ao aumento das despesas.

4. Um conjunto de fatores, principalmente receitas ainda superestimadas e o abatimento na 5ª Avaliação, ampliou o espaço fiscal para o empenho de despesas discricionárias – no conceito dos decretos de contingenciamento –, para até R\$ 220,8 bilhões, incluindo as do PAC. Nada obriga que essas despesas se realizem nesse montante e neste exercício; além disso, o decreto recém baixado trouxe elementos adicionais sobre os tamanhos das reservas orçamentária e financeira, que afetam os dois limites. Prognóstico mais alinhado com execuções orçamentárias e financeiras passadas seria de que somassem cerca de R\$ 200 bilhões.

5. **Contenção de despesas via reservas e PAC**
Diferentemente da execução orçamentária, a execução financeira esbarra em limites adicionais que são dados nos decretos pela diferença (de R\$ 5,9 bilhões no último decreto) entre reserva financeira e reserva orçamentária e pelo montante reservado a pagamentos do PAC. Isto significa que o montante de discricionárias previsto na execução será reduzido por aquela diferença e pela frustração de despesas do PAC efetivamente realizadas (R\$ 6,8 bilhões, segundo nossa simulação). A soma desses dois componentes contribui, tudo mais constante, para o alcance de resultado primário melhor do que o programado.

6. **O abatimento** O valor para abatimento escolhido, de R\$ 25,6 bilhões, tanto na proposta orçamentária, como na Lei, quanto nesta fase da programação orçamentária e financeira, não precisa ser obedecido, nem indica quanto serão as despesas do PAC – já foram executados R\$ 28,4 bilhões até novembro. É um número facilmente assimilável, que ao mesmo tempo atende às necessidades do Executivo para fins de execução orçamentária até o final do ano. A LDO de 2012 autoriza que a meta primária seja reduzida em até R\$ 40,6 bilhões, desde que correspondentes a despesas efetivamente executadas. Na programação está reservado montante maior, de R\$ 42,6 bilhões.

7. **Receitas ainda superestimadas, apesar da queda** A frustração da arrecadação administrada pela RFB prevista no primeiro decreto vinha sendo

compensada a cada avaliação bimestral pela reestimativa de outros itens de receitas e alguns de despesas, de forma a permitir que a despesa total aumentasse e que os limites de empenho e movimentação financeira não sofressem alteração. Exceção foi a 2ª Avaliação, quando houve pequeno descontingenciamento.

8. Até a 4ª Avaliação, mesmo tendo sido elaborada com cenário macroeconômico já mais plausível, o total da receita primária havia baixado apenas R\$ 1,9 bilhão em relação ao primeiro decreto de programação financeira, enquanto a receita líquida de transferências a estados e municípios subia R\$ 6,1 bilhões. Na 5ª Avaliação o total da receita primária está em queda de R\$ 6,2 bilhões em relação ao primeiro decreto, porém a previsão de receita líquida de transferências a estados e municípios cresceu R\$ 5,5 bilhões. Do lado das receitas nada justificaria, portanto, o recurso à faculdade de abater as despesas do PAC.

9. Desde o decreto de programação financeira, a estimativa de receitas administradas sem o INSS, brutas de transferências a estados e municípios, para todo o exercício, recuou R\$ 43,8 bilhões, e deverá recuar mais. As principais razões são as seguintes:

- O crescimento econômico tem ficado abaixo da previsão oficial, como já em janeiro os indicadores disponíveis e o apanhado das expectativas do mercado permitiam supor.⁵ A hipótese usada na 5ª Avaliação continuou irrealista, de crescimento de 2% no ano, com forte aceleração no segundo semestre. Destoa da análise do Banco Central (1,6%), já também ultrapassada com a divulgação das taxas de crescimento até o 3º trimestre em 2012 pelo IBGE: entre 0,7% e 0,9%, conforme a base de comparação. A esperada retomada ainda não veio e o país crescerá no máximo 1,2%.
- A produção tem necessitado de estímulos para reagir, entre eles a desoneração de tributos concedida no exercício, que em muitos casos veio sendo prorrogada a intervalos, com impacto crescente na receita.⁶ Não há previsão de queda da arrecadação no último bimestre em relação à previsão para o mesmo período da 4ª Avaliação, significando que também o impacto de desonerações aprovadas depois de 20 de setembro foi ignorado, em particular da prorrogação da alíquota

⁵ Por exemplo, o primeiro boletim Focus do ano previu crescimento de 3,3% – quando o Executivo tinha como hipótese 4,5%, da qual só abriu mão na 3ª Avaliação. Desde então o prognóstico do mercado só caiu. A previsão desses analistas passou a ficar abaixo de 3% no final de maio, e em 30 de novembro era de menos de 1,3%. Mais importante, último trimestre contra último trimestre, o mercado, em pesquisa da mesma data da divulgação do PIB, ainda prevê crescimento de 2,8%. Para alcançar 2% em 2012, como previa o governo, seria necessário crescimento de quase 6% no último trimestre, já considerando o 3º trimestre divulgado pelo IBGE.

⁶ As iniciativas mais relevantes foram a substituição da contribuição previdenciária patronal sobre folha de salários por receita bruta em setores selecionados, adotada em abril e ampliada em agosto; redução a zero da Cide-combustíveis, em junho; redução do IOF em operações com mutuários pessoas-físicas, em maio; redução do IPI para automóveis, desde maio (Decreto 7.725/12, de 21/05, favorecendo a redução de estoques e a venda inclusive de veículos de uso misto); desoneração do IPI de itens da linha branca, prorrogada em março, bem como, nesse mês, estendida a móveis, painéis de madeira e itens assemelhados....



reduzida sobre automóveis até o fim do ano (Decreto 7.834/12, de 31/10). Sobre esses veículos foram arrecadados R\$ 543 milhões no 5º bimestre, e se continua esperando quase o dobro no último, como mostra o Decreto 7.847/12.

10. **Receitas atípicas elevadas** O relatório da 5ª Avaliação não reestimou as receitas administradas do último bimestre do exercício. Até a 4ª Avaliação permanecia na previsão volumosa arrecadação extraordinária (R\$ 8,1 bilhões), a se realizar no último quadrimestre; delas, R\$ 3,1 bilhões eram atribuídos a PIS/Cofins, e R\$ 1,8 bilhão a IRPJ/Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

11. **O bom desempenho da receita do INSS e a despesa compensatória** Além de PIS/Cofins, a receita da contribuição de empregadores e trabalhadores para a Previdência comporta-se melhor que o previsto nos sucessivos decretos de programação. Na 5ª Avaliação, a receita previdenciária situa-se R\$ 9,4 bilhões acima do primeiro decreto. Em relação à 4ª Avaliação, o último relatório acrescentou R\$ 3,5 bilhões nesse item, alcançando R\$ 278,7 bilhões, o que poderia ter sido registrado há mais tempo.⁷ A estimativa havia sido revista parcimoniosamente nas 3ª e 4ª avaliações. É notável que essa receita virá a superar a previsão que constou da proposta em R\$ 12,4 bilhões, e mesmo a Lei, em quase R\$ 4,7 bilhões, não obstante sua reestimativa criteriosa feita pelo Congresso.

12. Notável também é que essa arrecadação líquida se realiza apesar das desonerações, repercutindo no caixa desde setembro, concedidas a 15 setores da economia, e ainda assim caminha-se para que a receita previdenciária continue em alta e supere os 6,2% do PIB, graças ao crescimento da massa salarial e à formalização do emprego. De outro lado, tal como apresentados os números das necessidades de financiamento do governo central, parece imprópria a previsão de despesas primárias (de R\$ 1,79 bilhão) para compensar as desonerações, se essa transferência não se soma à estimativa de receita correspondente.

13. **Outras compensações das perdas da RFB** Itens de receita que vinham sendo majorados desde a 2ª Avaliação continuam altos sem boa justificativa. Apenas a estimativa da contribuição dos servidores para seu plano próprio de seguridade social, apesar do aumento da projeção das despesas de pessoal nesta última avaliação, e do complemento do FGTS⁸ permaneceram constantes. As

⁷ Nossa estimativa em 20 de agosto era de que a arrecadação líquida alcançasse R\$ 278 bilhões, superando a lei orçamentária em R\$ 3,9 bilhões, porque a massa salarial evoluía melhor que o esperado. Alertamos para o fato de que isso não implicaria necessariamente menor déficit para o INSS, porque as despesas com o pagamento de benefícios também seriam maiores que o previsto. Em 18 de setembro, revimos a previsão para R\$ 279 bilhões (ver em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/estudos/2012>) Notas Técnicas 15 e 18, de 2012).

⁸ Trata-se da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado sem justa causa, cobrada, à alíquota adicional de 10% sobre o montante de todos os depósitos devidos, referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, durante a vigência do contrato de trabalho, acrescido das remunerações aplicáveis às contas vinculadas. Ver a Lei Complementar 110/2001. A Portaria STN nº 278, de



receitas de dividendos têm previsão recorde. Estavam e continuam mais elevadas que no decreto de programação financeira as receitas de permissões e concessões, as de *royalties* e compensações financeiras, as receitas com a contribuição para o salário educação, as receitas próprias e as demais receitas.

14. **Permissões e concessões** Até novembro haviam sido arrecadados R\$ 2,2 bilhões a título de concessões. O leilão da Anatel, anunciado desde 2011,⁹ só constou da programação a partir da 2ª Avaliação. Desde a 3ª Avaliação vem se registrando R\$ 2,9 bilhões a título de receitas desse leilão, para a parte dos lotes que foi arrematada em junho. A cargo das 4 empresas que vão operar a tecnologia 4G o compromisso total foi de R\$ 2,6 bilhões que só ocorreriam integralmente no mesmo exercício se fossem quitados à vista. Elas preferiram antecipar em 16 de outubro pouco mais de R\$ 1 bilhão, parcelando-se o restante em até os próximos 6 anos. Nossa expectativa é de que receitas de concessões e permissões somem, no máximo, R\$ 3,05 bilhões em 2012, em lugar de R\$ 4,65 bilhões.

15. **Dividendos** O Executivo já recorreu diversas vezes a lucros de estatais acumulados de exercícios anteriores como fonte de receita extraordinária para fechar as contas da União em tempos difíceis. De 2008 para 2009, a receita de dividendos dobrou e chegou a R\$ 26,7 bilhões, tendo sido R\$ 14,5 bilhões entregues pelo BNDES, incluindo a compra de direitos da Eletrobras (e R\$ 5,3 bilhões pela Petrobras, depois que deixou de contribuir para o superávit primário). Em 2010 foi novamente alta, mesmo tendo sido o ano da venda de barris de petróleo da União para a Petrobras. Em 2011, essa receita recuou, menos necessária diante da bonança fiscal. Esta última avaliação não altera a previsão de dividendos para 2012, situada em R\$ 29 bilhões desde a 4ª Avaliação, R\$ 9,2 bilhões acima do que constou do primeiro decreto. Até novembro, o Tesouro recebeu R\$ 20,4 bilhões, e R\$ 10,6 bilhões no ano do BNDES.¹⁰ Nossa expectativa é de que dividendos somem R\$ 26,5 bilhões em 2012.

16. **Royalties e compensações financeiras** São essencialmente provenientes do petróleo (cerca de 90% do item) e dependem do comportamento do preço internacional do barril, cujo prognóstico oficial aumentou da 2ª para a 3ª Avaliação, e caiu na 5ª Avaliação para abaixo do que constou do decreto de programação; do câmbio, que melhorou; e da extração. Neste último aspecto, as

19/4/12 determinou que a partir da data os recursos transitassem pela conta única do Tesouro e que seu uso passasse a depender de previsão orçamentária, em lugar de automaticamente transferidos ao Fundo.

⁹ As receitas que poderiam resultar desse leilão chegaram a ser estimadas em R\$ 6 bilhões por autoridades do governo. O Relatório de Receita para 2012 aprovado na CMO deixou, cautelosamente, de considerar esses ingressos. – as receitas de concessões foram moderadamente reavaliadas em R\$ 500 milhões – demonstrando cautela, ademais do fato de que normalmente pagamentos dessa natureza são parcelados. O edital do leilão foi aprovado pela Anatel em abril de 2012.

¹⁰ Dados ainda preliminares do Siafi.



metas de produção da Petrobras, em que se basearam em grande parte as estimativas, haviam sido revistas para baixo no novo plano de negócios 2012-2016 anunciado no final de julho. Repartem-se com estados e municípios. Apesar da queda da previsão de preço médio do barril de petróleo, a estimativa de compensações financeiras para todo o exercício foi mantida em R\$ 39,2 bilhões, ao mesmo tempo em que haviam sido arrecadados até outubro R\$ 31 bilhões. Nossa expectativa é de que a receita alcance R\$ 34 bilhões.

II – O DESCONTINGENCIAMENTO DE NOVEMBRO

17. Despesas cujo limite foi aumentado O aumento dos limites de R\$ 8,4 bilhões foi distribuído em sua maior parte (R\$ 5,2 bilhões) para despesas obrigatórias no conceito da LDO, beneficiando ação nova no âmbito de Encargos Financeiros da União (R\$ 2,3 bilhões), o programa de transferência de renda a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social (R\$ 1,9 bilhão) e despesas obrigatórias no âmbito do Ministério da Saúde (R\$ 1,4 bilhão). O descontingenciamento anterior, do Decreto 7.740/12, de R\$ 1,3 bilhão, havia sido todo destinado a despesas obrigatórias.

18. Em despesas discricionárias propriamente ditas foram liberados R\$ 3,2 bilhões, sendo o principal acréscimo no Ministério da Defesa (R\$ 2 bilhões). Entretanto, os créditos já abertos no exercício somam R\$ 4,3 bilhões, valor que excede o aumento dos limites. Tabela em anexo mostra a evolução dos limites por órgão e os compara com a dotação autorizada mais atual.

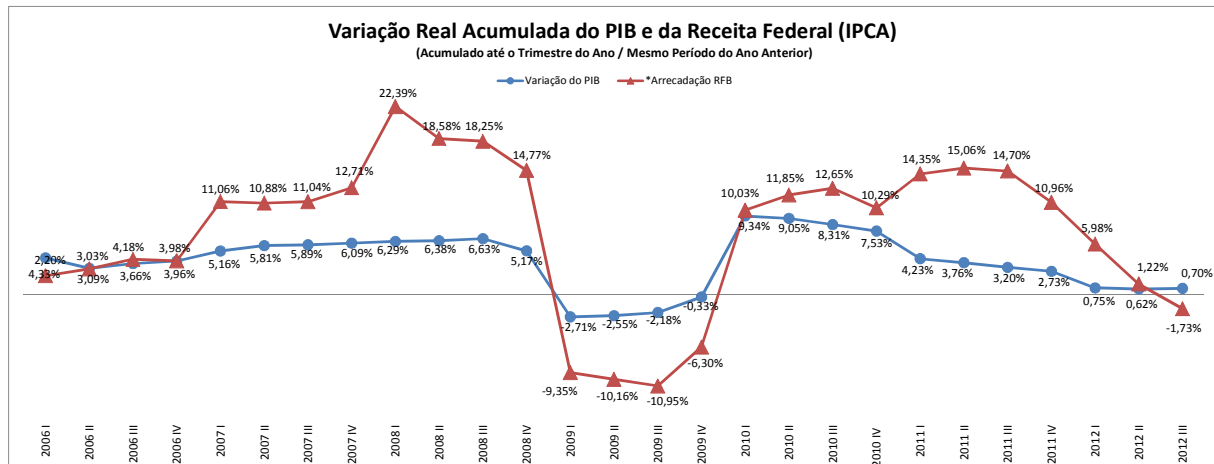
III – MAIS SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB

19. Frustração de receitas da RFB em 2012 A estimativa das receitas administradas para todo o exercício, sem contar a arrecadação líquida do INSS, caiu a cada avaliação bimestral e deve recuar mais. A frustração no 5º bimestre, de R\$ 8,86 bilhões, é pouco menor que a apurada em bimestres anteriores (R\$ 11,4 bilhões no segundo, R\$ 9,4 bilhões no terceiro e R\$ 10,3 bilhões no quarto)¹¹, porém ainda expressiva.

¹¹ Ver em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1> os sucessivos decretos bimestrais de programação financeira. O primeiro decreto de programação financeira já havia considerado a arrecadação de janeiro, e em fevereiro a frustração, no conjunto de impostos e contribuições, foi pequena.

20. Os resultados ao fim de outubro, brutos de restituições, decepcionaram não só por terem novamente representado perda em relação à previsão, mas também queda real (IPCA) de 2,28% contra o mesmo período do ano passado.¹²

21. O Gráfico a seguir mostra, com base em dados de arrecadação até setembro, como a receita administrada reage ao ritmo da atividade econômica.



22. Sobre este gráfico, observe-se que as receitas atípicas não foram excluídas e que (a) existe, o que não é novidade, correlação positiva entre arrecadação e crescimento; e (b) a reação da receita administrada tende a ser mais que proporcional às variações do PIB acumulado no período, como se vê pelos movimentos bruscos, nos dois sentidos, da curva representativa da arrecadação. Chama-se a atenção para o fato de que se tem taxa acumulada de crescimento do PIB relativamente estável e positiva nos 3 trimestres de 2012, enquanto a variação real da receita cai e passa a ser negativa em setembro, sugerindo que as desonerações de tributos para estimular o crescimento foram substanciais a ponto de alterar o comportamento da arrecadação.

23. **Receitas administradas, exceto INSS** A 5ª Avaliação continua otimista quanto à capacidade de arrecadar. A elevada frustração de receitas e as desonerações já computadas na reprogramação não impediriam que a RFB ainda recolha o equivalente a 14,6% do PIB, acima de 2009 e de 2010 (pouco menos de 14,1% em ambos os anos). Até outubro, já se arrecadou o equivalente a 14,7% do

¹² Na divulgação da análise da arrecadação federal, a RFB estimou, a preços de outubro de 2012, de um recuo na receita de R\$ 27,9 bilhões de janeiro a outubro, em R\$ 8,4 bilhões o impacto negativo da eliminação da Cide-combustíveis, da redução do IPI de automóveis e da redução da alíquota do IOF sobre o crédito de pessoas físicas, frente ao mesmo período de 2011; e em R\$ 2,3 bilhões das desonerações da folha de pagamento. Já a perda de lucratividade das empresas fez com que o a arrecadação do IRPJ e da CSLL recuasse R\$ 9,9 bilhões em relação a 2011. O parcelamento do Refis da crise rendeu menos R\$ 4,6 bilhões que em 2011.



PIB acumulado no ano estimado pelo Banco Central. Em 2008, a arrecadação foi de 15,4% do PIB.

24. Carga tributária líquida de restituições Essa mesma comparação pode ser feita incluindo as receitas previdenciárias, o salário educação e a contribuição dos servidores para o PSSS, e teremos, para o total de receitas de menos de 24,2% do PIB, carga prevista de 21,4% do PIB em 2012, mais de 1 ponto de porcentagem do PIB acima de 2009 e 2010, e praticamente a mesma de 2008 e 2011, anos de excelente desempenho. Apesar das desonerações já concedidas, a carga tributária federal neste exercício se mantém elevada graças à arrecadação do INSS.¹³

25. IRPJ e CSLL No primeiro trimestre, o excelente comportamento da arrecadação do IRPJ e da CSLL somados (crescimento real de 13,5% - IPCA, da receita bruta, em relação ao mesmo período de 2011) foi sustentado pelo imposto pago via declarações de ajuste, em particular do setor financeiro.¹⁴ Ainda com base em estudos da RFB, já ao final do semestre, a lucratividade em queda das empresas dos demais setores se refletiu nos pagamentos por estimativa mensal, e o crescimento real da arrecadação desses tributos em conjunto tinha baixado (4,7%, pelo IPCA). Verificado em outubro, houve recuo real de 4%, puxado pelas empresas dos demais setores, que pagam por estimativa mensal e respondem pela maior parte dos ingressos.

26. A perda de receitas atribuída ao IRPJ e à CSLL, somados, em relação ao orçamento, é agora de R\$ 18,1 bilhões, e em relação ao primeiro decreto de contingenciamento está em R\$ 16,7 bilhões.¹⁵ No entanto, segundo a última avaliação, serão equivalentes de 3,6% do PIB, mais que em 2010 e menos que em 2009 e 2011 (3,8% do PIB).

27. Outros itens do imposto de renda Em relação ao orçamento, todos os demais itens do imposto de renda estão estimados a menor na 5ª Avaliação. Em relação ao primeiro decreto de programação, apenas o imposto de renda na fonte-trabalho e remessas para o exterior crescem. O imposto de renda, como um todo, incluindo o IRPJ, está estimado em 5,5% do PIB, caindo um pouco em relação a 2011 (5,7% do PIB), porém acima do alcançado em 2010. O maior percentual foi em 2008 (5,9% do PIB).

¹³ Com a substituição gradual de receitas previdenciárias cobradas sobre a folha, para um número cada vez maior de setores, por um adicional de contribuição sobre o faturamento – de 1% para a indústria e de 2% para o setor de serviços –, a arrecadação previdenciária, que vinha crescendo (menos de 5% do PIB em 2004, mais de 6% do PIB estimados para 2012), passará a ter comportamento pró-cíclico.

¹⁴ Ver em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/ResultadoArrec/2012/default.htm> o slide 9.

¹⁵ O Congresso reduziu, em relação à proposta, a estimativa de arrecadação desses dois tributos, e o Executivo, no primeiro decreto, praticamente aceitou a nova previsão, tendo reduzido em apenas R\$ 186 milhões.



28. **Imposto sobre produtos industrializados** A 5ª Avaliação mostra a frustração de receitas de IPI se ampliando a cada bimestre, já de R\$ 6,4 bilhões em relação ao orçamento e de R\$ 6 bilhões em relação ao primeiro decreto. Todos os itens do IPI (fumo, automóveis, vinculado à importação, outros), exceto bebidas, estão se frustrando. A maior perda ocorre, em relação ao primeiro decreto, em IPI automóveis, de R\$ 3,1 bilhões, cujas alíquotas permaneceram reduzidas durante todo o exercício. Além disso, a produção industrial vem se retraindo – a indústria de transformação, embora tenha tido alguma recuperação do 2º para o 3º trimestre, caiu em volume 3,2% no acumulado até setembro, comparativamente com igual período de 2011, segundo o IBGE – e alguns setores têm se beneficiado de desonerações. Apesar disso, este tributo, de acordo com a 5ª Avaliação, significará 1% do PIB, mesmo percentual verificado em 2011.
29. **Imposto de importação e IPI vinculado às importações** A previsão de receita desses dois impostos, dependente dos volumes e da natureza das mercadorias importadas (alíquotas) e do câmbio, situa-se cerca de R\$ 4,2 bilhões milhões abaixo do que constou do orçamento, e também do primeiro decreto de programação, de R\$ 3,4 bilhões. O Congresso, ao reavaliar receitas para 2012, considerou taxa média de câmbio mais elevada que a da proposta, porém menor que a projeção atual.
30. **IOF** Em relação ao orçamento, a 5ª Avaliação prevê frustração de R\$ 7,9 bilhões, de estimativa de R\$ 39,2 bilhões. O primeiro decreto havia cortado R\$ 3,8 bilhões. A medida que reduziu a taxa sobre operações de crédito de pessoa física é de maio, com repercussão na receita de 2012 estimada pela RFB em R\$ 2,1 bilhões. A análise da arrecadação do órgão atribui perda de R\$ 2 bilhões, até outubro, à queda na entrada de capitais estrangeiros sujeitos ao tributo.
31. **CIDE-combustíveis** A redução de R\$ 2,4 bilhões na CIDE em relação ao decreto de programação deve-se à eliminação do tributo pelo Decreto 7.764, de fim de junho. O decreto de programação já havia reduzido a arrecadação prevista em R\$ 4,6 bilhões, por conta da redução da alíquota.
32. **Outras receitas administradas pela RFB** A estimativa de outras receitas administradas pela RFB situa-se na 5ª Avaliação R\$ 10,9 bilhões abaixo do orçamento e R\$ 14,1 bilhões do primeiro decreto de contingenciamento. Em sua maior parte, representam pagamentos do parcelamento do Refis da crise, gradualmente sendo reclassificado nos tributos correspondentes, que teriam arrecadação ainda menor não fora essa reclassificação. Não se trata aqui de uma frustração de receitas do citado parcelamento, senão que de um erro na elaboração desde a proposta, que manteve indevidamente na base arrecadação atípica.
33. **PIS/Cofins como exceção** Os efeitos negativos da fraca atividade econômica se disseminaram por todos os itens da receita administrada, exceto a



arrecadação da PIS/Cofins. A 5ª Avaliação estima que se arrecadem R\$ 224 bilhões, o equivalente a 5% do PIB. Juntos, vêm crescendo nos últimos 2 anos em proporção do Produto. Em 2008, somaram pouco menos de 5,1% do PIB.

34. A previsão de receita dos 2 tributos até outubro no decreto de programação, de R\$ 178,85 bilhões, foi superada em quase de R\$ 3,2 bilhões, graças ao seu desempenho nos 3º e 4º bimestres. Isso explica em parte o ganho agora esperado para todo o exercício, de R\$ 4,65 bilhões, em relação ao decreto de programação. A reestimativa dos 2 tributos é inferior à da lei aprovada pelo Congresso (em cerca de R\$ 1,35 bilhão).

35. **A reestimativa mal explicada das transferências a estados e municípios** Queda da arrecadação de tributos partilhados, ou de *royalties*, afetam o valor das transferências constitucionais e legais da União para governos e prefeituras. No caso particular dos fundos de participação de estados e municípios e do fundo IPI-exportação – somando 45% do imposto de renda e 55% do IPI – ocorreu que da 4ª para a 5ª Avaliação, embora a previsão de arrecadação de ambos tenha diminuído em R\$ 3,1 bilhões, as transferências a esse título caíram R\$ 3,67 bilhões, quando o esperado seria R\$ 1,47 bilhão – um erro que melhora o resultado da União em R\$ 2,2 bilhões, de uma avaliação para outra, e ainda não reflete o valor correto desse grupo de despesas.¹⁶ Na 5ª Avaliação, essas transferências estão R\$ 4,9 bilhões abaixo do que deveria constar. A subestimativa das transferências informaria erradamente as administrações estaduais e municipais.

IV – MAIS SOBRE DIVIDENDOS

36. **Dividendos: Petrobras, BNDES e outros bancos** A Petrobras anunciou em final de outubro lucro líquido de R\$ 5,57 bilhões no terceiro trimestre deste ano, mostrando que de julho a setembro reverteu situação anterior, de prejuízo recorde, e inédito havia 10 anos, de R\$ 1,35 bilhão registrado no trimestre anterior¹⁷. No acumulado de 2012, mesmo com o prejuízo do segundo trimestre, o lucro líquido da Petrobras já é de R\$ 13,44 milhões.¹⁸

¹⁶ A STN não hesita em usar essas proporções, aplicadas sobre as estimativas dos 2 tributos nos decretos de programação, para orientar estados e municípios em suas previsões de receitas. Ver, por exemplo, a página 2 de https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade_Fiscal/Prefeituras_e_Governos_Estadauais/arquivos/Projecao_Fundos_2012.pdf. Acesso em 2 de dezembro de 2012.

¹⁷ No mesmo período do ano passado, a estatal contabilizou lucro líquido de mais de R\$ 10,9 bilhões, e de R\$ 9,2 bilhões no primeiro trimestre de 2012. Não há garantia de que o preço dos combustíveis venham a ser reajustados novamente este ano – houve reajuste em fim de junho, compensado no preço pela eliminação da Cide-combustíveis –, diante da perspectiva de retomada da aceleração do IPCA e em período eleitoral. Tem sido cogitada a alteração no critério de cálculo da distribuição de dividendos da empresa, de forma a favorecer os acionistas com direito a voto.

¹⁸ O resultado é 52% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado.



37. Os bancos públicos, com o aumento de sua participação no mercado, deveriam estar refletindo melhores lucros em suas contabilidades, mas isso não aconteceu. Na comparação com o exercício anterior, os resultados, no conjunto, pioraram.

38. Dos R\$ 19,7 bilhões que já ingressaram até outubro a título de dividendos, R\$ 10,6 bilhões são devidos à contribuição do BNDES. Como o Banco, empresa pública, lucra com os papéis que o Tesouro lhe entrega sob a forma de empréstimos remunerados à TJLP, existe sempre, assim, possibilidade para aumento de seus dividendos, mesmo com queda da taxa Selic. Os desembolsos desses empréstimos, desde 2008, já somam R\$ 312,5 bilhões.

39. O BNDES registrou lucro líquido de R\$ 2 bilhões no 3º trimestre, com queda de 21% em relação ao mesmo período do ano passado.¹⁹ Nos 9 meses encerrados em setembro, o Banco lucrou R\$ 4,79 bilhões, também uma redução (de 39,2%) sobre igual intervalo de 2011. O balanço mensal de agosto, último disponível, consignava lucros acumulados de exercícios anteriores de R\$ 1,8 bilhão.

40. O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 2,7 bilhões no 3º trimestre, queda de 5,6% sobre o mesmo período do ano passado. Na comparação com o trimestre anterior, a queda foi de 9,3%. De janeiro a setembro, o lucro líquido do BB ficou em R\$ 8,2 bilhões, recuo de 10%.

41. A Caixa Econômica Federal registrou no 3º trimestre lucro líquido de R\$ 1,35 bilhão, alta de 4,6% sobre o valor observado no mesmo período de 2011. Entre janeiro e setembro, o resultado do banco atingiu R\$ 4,2 bilhões, com crescimento de 17,7% ante os 9 primeiros meses do ano passado. Foi o maior lucro líquido acumulado pela instituição nos três trimestres e obtido graças à expansão do crédito e a receitas com tarifas e serviços.

¹⁹ O BNDES inclui entre os fatores que mais contribuíram para a queda do lucro no 3º trimestre o aumento de “outras despesas líquidas”, por conta da “atualização monetária de dividendos complementares pagos à União sobre os lucros de 2010 e 2011”. Essas despesas passaram de R\$ 233 milhões no terceiro trimestre do ano passado para R\$ 780 milhões de julho a setembro deste ano. No acumulado do ano elas chegaram a R\$ 1,204 bilhão, contra R\$ 459 milhões nos nove primeiros meses do ano passado. O BNDES informou também que o resultado menor do terceiro trimestre foi atenuado pelo crescimento do resultado com operações financeiras, que passou de R\$ 1,611 bilhão para R\$ 2,636 bilhões. No acumulado do ano, os ganhos com operações financeiras cresceram 32,8%, para R\$ 5,552 bilhões. Segundo o banco, os números positivos decorreram do crescimento da carteira de crédito e repasses de títulos e valores mobiliários e também dos ganhos com a venda desses títulos, especialmente de títulos públicos. Ver em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/IFT_bndes0912.pdf.

V – MAIS SOBRE DESPESAS

42. A despesa total prevista na 5ª Avaliação subiu, em relação à 4ª, nada menos que R\$ 25 bilhões, de R\$ 817,4 bilhões para R\$ 842,4 bilhões, equivalentes a 18,8% do PIB. Será o percentual mais elevado desde 2008, vindo em segundo 2009, em que despesas representaram 18% do PIB.

43. As despesas obrigatórias aumentaram de R\$ 16,6 bilhões na comparação com a avaliação do bimestre anterior. Desse total, R\$ 13 bilhões se referem despesas recém-identificadas com pagamento de benefícios do Regime Geral da Previdência (R\$ 10,1 bilhões) e dois outros benefícios sociais vinculados ao salário mínimo.

44. A 5ª Avaliação também estima que serão despendidos mais R\$ 2,2 bilhões com pessoal e encargos. Segundo o relatório, esse aumento *“teve como finalidade cobrir despesas ... em vista de novas aposentadorias e de acréscimos referentes a provimentos de cargos por concursos públicos e reestruturações remuneratórias”*. Em percentual do PIB, essas despesas continuam na trajetória de queda iniciada em 2010 e já estão bem abaixo dos 5% do PIB.

45. O crescimento da despesa se deve preponderantemente ao custeio, à luz da execução acumulada em 12 meses até outubro, uma vez que os investimentos crescem de 1,10% do PIB em 2011 para 1,16% do PIB. Já em 2010 representaram 1,29% do PIB. O PAC, por sua vez, mostra crescimento mais pronunciado, de 0,68% do PIB, para 0,77% do PIB, sobretudo em função do programa Minha Casa Minha Vida. O investimento do PAC, sem as despesas do citado programa, tem aumento desprezível como proporção do PIB.

VI – PARÂMETROS

46. Os parâmetros utilizados na 5ª Avaliação estão superados, desde o crescimento do PIB de 2% neste ano, a mesma taxa da avaliação anterior. Oficialmente foi aceita mais inflação. A previsão de variação do IPCA no ano subiu de 4,7% para 5,2%. A inflação oficial acumulada nos 12 meses até outubro é de 5,45%.

47. Na 5ª Avaliação, a previsão para a cotação média do barril em 2012 passou a US\$ 110,18, enquanto a média observada no ano até 26 de novembro foi de US\$ 111,86. Observou-se em Nota anterior que nada garantia que a cotação média do barril do tipo Brent chegasse a US\$ 113,87, como previam os relatórios da 3ª e 4ª avaliações, porque a média até o final de julho ficou em torno de US\$ 111,60, e a tendência era de queda da cotação, segundo prognóstico da época do mercado de energia.

48. A previsão de crescimento da massa salarial avançou mais uma vez, de 12,51% para 13,23%.

VII – FINANÇAS PÚBLICAS E CUMPRIMENTO DA META EM 2012

49. **Dívida pública** Passada a crise de 2009²⁰, a trajetória descendente da dívida líquida do setor público (DLSP) havia sido retomada, graças principalmente ao forte crescimento (7,53% em 2010) e superávit primário novamente elevado (3,1% do PIB em 2011). Registrou seu mais baixo patamar em maio de 2012 (35% do PIB, com a ajuda do câmbio). A queda foi interrompida em meados deste ano em razão do fraco desempenho da economia e dos baixos resultados fiscais obtidos.²¹ O prognóstico para 2012 do mercado financeiro, apurado pelo boletim Focus em 30 de novembro, é de que feche o ano em 35,15% do PIB.

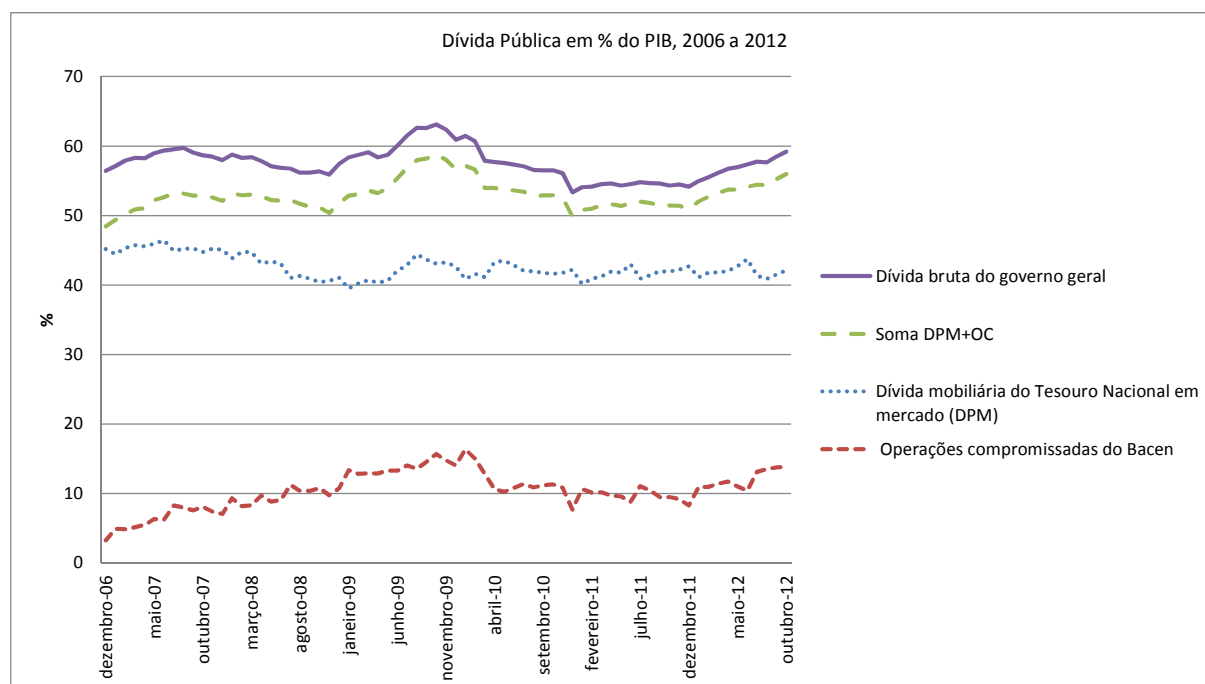
50. **Juros da dívida** A forte redução da taxa Selic – de 12,5% em julho/agosto de 2011 para 7,25% desde 10 de outubro, a menor historicamente observada – começa a contribuir para a melhoria da dívida. Os juros sobre a dívida líquida acumulados em 12 meses, depois de terem representado 5,7% do PIB em 2011, ficaram em outubro abaixo de 5% do PIB (onde, desde 2002, só estiveram em meados de 2009). A queda não foi maior em parte pela diferença entre o custo de captação de recursos pelo Tesouro e a remuneração de algumas de suas aplicações, em particular os empréstimos concedidos a instituições financeiras oficiais e o acúmulo de reservas internacionais.²²

51. **Dívida bruta** Essas aplicações explicam em boa parte a queda menos expressiva da dívida bruta do governo geral. Voltou a subir na crise (60,9% do PIB em 2009), recuou para 53,4% do PIB em 2010, e daí recomeçou a ascender rapidamente, como mostra o Gráfico – atingindo 59,2% do PIB em outubro deste ano.

²⁰ No período recessivo de 2009, a dívida líquida foi a 42% do PIB em dezembro.

²¹ A dívida externa líquida, que se tornou negativa em 2006, tem contribuído para frear o crescimento da DLSP. O saldo credor vis-à-vis o exterior ficou abaixo 11% do PIB em 2009 e 2010, e desde meados de 2011 vem aumentando rapidamente, tendo representado o equivalente a 14,4% do PIB em outubro de 2012, graças em parte à depreciação do real. Até outubro acumularam-se no ano quase US\$ 26 bilhões de reservas internacionais, chegando-se a US\$ 377,8 bilhões.

²² O saldo desses empréstimos, concedidos mediante a emissão de títulos, subiu de 7,7% do PIB em 2011, para 8,9% do PIB em outubro. Os empréstimos do Tesouro ao BNDES somavam R\$ 354,6 bilhões (8,1% do PIB). Entre 2001 e 2007 sempre esteve abaixo de 1% do PIB.



52. Nesse acumulado, crescem como instrumento de política monetária as operações compromissadas do Banco Central, passando a representar em outubro 13,8% do PIB (R\$ 606 bilhões), com alta de 5,5 p.p. do PIB em relação a 2011 (R\$ 342 bilhões em dezembro). O Gráfico traz, de cima para baixo, a evolução recente do total da dívida bruta, a soma de dívida mobiliária do Tesouro em mercado e operações compromissadas, a dívida mobiliária separadamente e as operações compromissadas.

53. **Superávits primários decrescentes** O setor público consolidado vem registrando em 2012 superávits primários decrescentes em relação ao PIB nos 12 meses encerrados no mês (2,25% do PIB em outubro). No acumulado no ano, pela primeira vez mostrou alguma melhora (2,42% do PIB, contra 2,33% do PIB em setembro). O mesmo se passou com o resultado da União (1,64% do PIB em 12 meses encerrados em outubro, e 1,76% do PIB, contra 1,66% do PIB acumulado no ano em setembro).

54. O setor público fez no ano até outubro superávit primário de R\$ 88,21 bilhões e R\$ 98,4 bilhões em 12 meses encerrados no mês, em comparação com a meta de R\$ 139,82 bilhões. Com a queda da arrecadação federal, agravada pelas sucessivas medidas de desoneração tributária, e com o mau desempenho de receitas e de resultados dos estados e municípios, foi reconhecido oficialmente que a meta primária cheia neste exercício não será alcançada, e segue inconcluso o debate a respeito de o abatimento das despesas do PAC ser suficiente para o cumprimento da LDO.

55. Especialistas manifestam-se sobre o cumprimento ou não da meta de superávit primário do setor público em 2012, sem revelar suas hipóteses. A menos de 1 mês do final do exercício, e dados fiscais observados até outubro, uma primeira abordagem consiste em prever o comportamento do superávit no último bimestre e tirar conclusões sobre dados que estarão oficialmente disponíveis no final de janeiro de 2013.

56. Duas hipóteses podem ser consideradas: (1) uma, extrema, de que nos 2 próximos meses, os resultados serão nominalmente iguais aos de 2011, ano em que o desempenho da receita foi excepcional; e (2) outra, de que nos próximos 2 meses os resultados da União, sem as despesas do PAC, ocorrerão na mesma proporção do mês de outubro, quando claramente o esforço foi maior, com receitas administradas sazonalmente fortes e sem o aporte de dividendos, e que as despesas do PAC e o resultado dos governos regionais, por sua vez, se comportariam na mesma proporção dos 10 primeiros meses do ano.²³

57. A Tabela seguinte permite observar que até outubro o superávit acumulado pelo setor público no exercício foi R\$ 30,35 bilhões mais baixo que no mesmo período de 2011, e que a meta é R\$ 11,1 bilhões mais alta do que foi alcançado no ano passado, dando uma ideia da dificuldade que se está enfrentando.

58. Mostra ainda que a meta cheia do setor público não será cumprida nem na melhor das hipóteses (Simulação I), posto que a soma do que já se atingiu, com o máximo que poderia poupar em novembro e dezembro é inferior em R\$ 41,5 bilhões à meta nominal. Nesse caso supomos que a União deva compensar a insuficiência do que foi previsto na LDO como realização de estados e municípios. Ter-se-iam despesas do PAC de apenas R\$ 33,8 bilhões, capazes de suprir integralmente apenas a necessidade de R\$ 25,2 bilhões a nível federal.

59. Na segunda simulação, plausível se o esforço de poupança da União de outubro sinalizar uma tendência, faltariam R\$ 46 bilhões. O PAC realizado de R\$ 35,8 bilhões seria insuficiente para cobrir a frustração em relação à meta consolidada, porém, novamente, mais que o bastante para compensar a União pelos R\$ 29 bilhões que faltam. Sobrariam R\$ 6,8 bilhões para atender a governos regionais, frustrados em R\$ 17 bilhões.

²³ Observe-se que o volume de despesas do PAC efetivamente executado, até o limite da LDO, de R\$ 40,6 bilhões, na hipótese de que o governo irá se beneficiar da faculdade de abatê-las da meta primária, não afeta as conclusões.



RESULTADOS FISCAIS EM 2011 E SIMULAÇÕES PARA 2012 (REALIZADO ATÉ OUTUBRO).								
Resultado em 2011								
	Out	Até Outubro	Nov	Dez	Nov-Dez	2011	Meta	Saldo
Primário	-13 936	-118 572	-8 204	-1 934	-10 138	-128 710	-117 890	10 820
Nível federal	-11 456	-85 900	-5 362	-2 352	-7 714	-93 615	-81 760	11 855
PAC	2 832	20 815	2 014	5 193	7 207	28 023	0	-28 023
Primário sem PAC	-16 767	-139 388	-10 219	-7 127	-17 345	-156 733	-117 890	38 843
Nível federal sem PAC	-14 287	-106 715	-7 377	-7 545	-14 922	-121 637	-81 760	39 877
Memo:								
Governos Subregionais	-2 480	-32 672	-2 842	418	-2 424	-35 096	-36 130	-1 034
2012. Simulação I - Último bimestre igual a 2011								
	Out	Até Outubro	Nov	Dez	Nov-Dez	2012	Meta	Saldo
Primário	-12 398	-88 214	-8 204	-1 934	-10 138	-98 352	-139 822	-41 470
Nível federal	-10 230	-64 095	-5 362	-2 352	-7 714	-71 809	-96 973	-25 164
PAC	2 275	26 579	2 014	5 193	7 207	33 786	0	-33 786
Primário sem PAC	-14 674	-114 793	-10 219	-7 127	-17 345	-132 139	-139 822	-7 683
Nível federal sem PAC	-12 505	-90 674	-7 377	-7 545	-14 922	-105 596	-96 973	8 623
Memo:								
Governos Subregionais	-2 169	-24 119	-2 842	418	-2 424	-26 543	-42 850	-16 307
2012. Simulação II - Último bimestre com resultados proporcionais a janeiro-outubro; exceto nível federal sem PAC (proporcional a outubro)								
	Out	Até Outubro	Nov	Dez	Nov-Dez	2012	Meta	Saldo
Primário	-12 398	-88 214	-5 983	336	-5 647	-93 861	-139 822	-45 961
Nível federal	-10 230	-64 095	-3 884	27	-3 858	-67 953	-96 973	-29 020
PAC	2 275	26 579	2 572	6 631	9 203	35 782	0	-35 782
Primário sem PAC	-14 674	-114 793	-8 555	-6 295	-14 850	-129 643	-139 822	-10 179
Nível federal sem PAC	-12 505	-90 674	-6 457	-6 604	-13 061	-103 734	-96 973	6 761
Memo:								
Governos Subregionais	-2 169	-24 119	-2 098	309	-1 789	-25 909	-42 850	-16 941
Fonte: Banco Central do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e estimativas dos autores.								

60. A conclusão é de que: (a) sem alterar a LDO, a meta reduzida não será cumprida, mesmo levando-se em conta todo o PAC, implicando o descompromisso da União com o resultado do setor público consolidado; e (b) os R\$ 25,6 bilhões constantes da 5ª Avaliação não servem como previsão do que a União usará como abatimento, para compensar a frustração da meta federal, porque insuficiente.

61. Uma segunda abordagem (por cima da linha) consiste em prever, para os orçamentos fiscal e da seguridade social, o comportamento dos diversos itens de



receitas e de despesas para todo o exercício, e definir o desempenho provável de estatais federais e governos regionais. A Tabela a seguir, que agrega alguns dos principais elementos das necessidades de financiamento do governo central, elaborado separadamente, mostrou-se compatível com o exercício anterior e prevê superávit da União equivalente a 1,51% do PIB. Na suposição de que estados e municípios poupem R\$ 25,9 bilhões, o resultado consolidado seria de 2,09% do PIB.

PREVISÕES PARA O DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL EM 2012, ACIMA DA LINHA

Diferenças entre a 5ª Avaliação e a Simulação II

Discriminação	5ª Avaliação em R\$ milhões	5ª Aval em % do PIB	Simulação em R\$ milhões	Simulação em % do PIB	Diferenças em R\$ milhões
Receita Total	1.084.680,6	24,15	1.060.460,0	23,61	(24.220,6)
Receita Administrada RFB	656.105,9	14,61	647.160,0	14,41	(8.945,9)
Arrecadação Líquida RGPS	278.721,2	6,21	278.720,0	6,21	(1,2)
Outras Receitas	149.853,5	3,34	134.580,00	3,00	(15.273,5)
Transferências	170.893,2	3,81	173.010,00	3,85	2.116,8
Receita Líquida	913.787,4	20,35	887.450,0	19,76	(26.337,4)
Despesas	842.414,4	18,76	819.500,0	18,25	(22.914,4)
Benefícios do INSS	318.600,0	7,09	318.600,0	7,09	-
Pessoal	189.773,6	4,23	189.770,0	4,23	(3,6)
Outras Obrigatórias	113.211,0	2,52	110.550,0	2,46	(2.661,0)
Discricionárias	220.829,8	4,92	200.580,0	4,47	(20.249,8)
PAC	42.557,4	0,95	35.780,0	0,80	(6.777,4)
Demais	178.272,4	3,97	164.800,0	3,67	(13.472,4)
Resultado Primário	71.373,0	1,59	67.950,0	1,51	(3.423,0)
Memorando					
IPI + Imposto de Renda	293.379,5	6,53	289.730,0	6,45	(3.649,5)
Demais administradas - Outras	15.313,8	0,34	12.840,0	0,29	(2.473,8)
Concessões e Permissões	4.653,5	0,10	3.050,0	0,07	(1.603,5)
Royalties/Compensações Financeiras	39.218,6	0,87	34.000,0	0,76	(5.218,6)
Dividendos e Participações	29.012,4	0,65	26.500,0	0,59	(2.512,4)
Receitas Próprias e Demais Receitas	48.096,7	1,07	41.780,0	0,93	(6.316,7)
Deficit do INSS	(39.878,8)	(0,89)	(39.880,0)	(0,89)	(1,2)

Fonte: Relatório da 5ª Avaliação Orçamentária; SOF/MPOG; STN/MF; Banco Central do Brasil; e estimativas dos autores.

TABELAS ANEXAS

Limites dos Decretos de Programação Financeira do Executivo (R\$ Milhões)				
Limites dos Anexos e Reservas	2012			Diferenças entre 2 Últimos
	Decreto 7.680	Decreto 7.740	Decreto 7.847	
1. Limite de Movimentação e Empenho	211.106,6	211.106,6	211.106,6	-
2. Reserva Orçamentária	-	1.315,0	9.723,2	8.408,2
3. Total Orçamentário (1+2)	211.106,6	212.421,6	220.829,8	8.408,2
4. Limite de Pagamentos	205.181,5	205.181,5	205.181,5	-
4.1 Limite para Restos a Pagar	85.543,2	85.543,2	85.543,2	-
4.2 Limite remanescente (4 - 4.1)	119.638,3	119.638,3	119.638,3	-
5. Reserva Financeira	5.925,1	7.240,1	15.648,3	8.408,2
6. Total Financeiro (4+5)	211.106,6	212.421,6	220.829,8	8.408,2
7. Diferença entre Reservas (5-2)	5.925,1	5.925,1	5.925,1	-
Memo:				
Dotação do PAC (incluída no limite de pagamento)	42.557,4	42.557,4	42.557,4	-
Limite para restos a pagar do PAC (incluído no item 4.1)	38.503,9	38.503,9	38.503,9	-

Fonte: Decretos citados, Siafi e STN. Elaboração dos autores.

DIVIDENDOS ARRECADADOS										
										R\$ milhões
Empresa	2008	2009	2010	2011	Até novembro de 2011	2012		Até novembro de 2012		
						Outubro	Novembro	Em espécie	Em títulos	Total
BNDES	6.016,5	14.450,1	10.125,3	6.904,7	6.453,5	-	-	6.292,6	4.327,7	10.620,3
BB	1.798,2	2.277,0	3.277,9	2.621,0	2.395,9	110,7	155,4	2.538,4	-	2.538,4
CEF	2.124,6	2.565,3	3.940,0	3.679,6	3.679,6	-	-	0,0	3.000,0	3.000,0
Petrobras	2.170,8	5.333,9	3.222,1	3.321,3	3.321,3	-	-	1.886,6	-	1.886,6
Eletronbras	263,1	815,2	657,7	500,6	485,2	-	-	725,0	-	725,0
BNB	170,7	137,3	299,2	240,4	240,4	-	-	122,7	-	122,7
ECT	403,1	392,6	57,8	1.743,0	1.743,0	-	425,0	825,0	-	825,0
Demais	416,8	711,6	834,5	951,8	278,3	268,8	50,0	656,5	-	656,5
Total	13.363,8	26.683,0	22.414,5	19.962,4	18.597,2	379,5	630,4	13.046,7	7.327,7	20.374,5

Fonte: STN e Siafi. Elaboração dos autores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL												
Previsão e Arrecadação, 2011 e 2012 ⁽¹⁾												
RECEITAS	Janeiro - Outubro							Exercício				
	2011 Realizado	2012				2011	2012	2011 Realizado		2012 Previsto		
	R\$ Milhões	Decretos		Realizado	Frustração (-) Dec 7.814	Realizado % do PIB	R\$ Milhões	% PIB	Dec. 7.680	Dec. 7.847		
		7.680 ⁽²⁾	7.814 ⁽³⁾						R\$ Milhões	% PIB		
Imposto de Importação	21.441	27.498	26.674	25.677	51.354	0,63	0,70	26.681	0,64	33.081	31.188	0,69
Imposto sobre a Exportação	33	39	70	76		0,00	0,00	43	0,00	47	86	0,00
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	35.396	42.065	37.250	36.529	(721)	1,04	1,00	41.471	1,00	51.005	45.028	1,00
IPI - Fumo	3.087	3.765	3.496	3.334	(162)	0,09	0,09	3.746	0,09	4.702	4.201	0,09
IPI - Bebidas	2.455	2.965	2.760	2.603	(157)	0,07	0,07	2.991	0,07	3.635	3.590	0,08
IPI - Automóveis	6.141	6.514	3.689	3.640	(49)	0,18	0,10	7.147	0,17	7.777	4.689	0,10
IPI - Vinculados à Importação	10.943	14.903	14.360	13.392	(968)	0,32	0,37	13.717	0,33	17.910	16.385	0,36
IPI - Outros	12.770	13.918	12.945	13.560	615	0,37	0,37	13.872	0,33	16.981	16.163	0,36
Imposto sobre a Renda - IR	194.942	218.002	205.415	202.918	(2.497)	5,71	5,57	235.674	5,69	262.917	248.293	5,53
IR - Pessoa Física	19.218	21.260	20.695	20.700	5	0,56	0,57	21.855	0,53	24.287	23.735	0,53
IR - Pessoa Jurídica	85.925	99.799	88.624	87.597	(1.027)	2,52	2,40	98.580	2,38	114.432	102.773	2,29
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF	89.799	96.943	96.096	94.621	(1.475)	2,63	2,60	115.238	2,78	124.198	121.785	2,71
IRRF - Rendimentos do Trabalho	46.863	51.728	51.301	50.793	(508)	1,37	1,39	58.400	1,41	64.077	64.524	1,44
IRRF - Rendimentos do Capital	25.744	26.917	26.305	25.459	(846)	0,75	0,70	35.543	0,86	37.529	34.228	0,76
IRRF - Residentes no Exterior	11.132	11.453	11.680	11.550	(130)	0,33	0,32	13.927	0,34	14.318	14.764	0,33
IRRF - Outros Rendimentos	6.060	6.845	6.810	6.819	9	0,18	0,19	7.368	0,18	8.274	8.269	0,18
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	26.258	29.331	26.184	25.816	(368)	0,77	0,71	31.943	0,77	35.390	31.265	0,70
ITR - Imposto Territorial Rural	507	566	577	578	1	0,01	0,02	603	0,01	671	683	0,02
CPMF - Cont Prov sobre Movimentação Financeira	78	8	(288)	(274)	14	0,00	(0,01)	76	0,00	8	(274)	(0,01)
COFINS - Contribuição para a Seguridade Social	133.082	141.327	144.461	143.792	(669)	3,90	3,94	160.988	3,89	173.436	177.117	3,94
Contribuição para o PIS/Pasep	34.891	37.522	38.481	38.233	(248)	1,02	1,05	42.102	1,02	45.885	46.858	1,04
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	51.923	55.098	50.130	49.391	(739)	1,52	1,35	58.962	1,42	63.493	58.442	1,30
CIDE - Combustíveis	7.886	4.359	2.870	2.876	6	0,23	0,08	8.964	0,22	5.286	2.875	0,06
Contribuição para o Fundaf	458	714	506	459	(47)	0,01	0,01	579	0,01	863	613	0,01
Outras Receitas Administradas	16.625	23.218	12.535	9.929	(2.606)	0,49	0,27	20.683	0,50	27.791	13.932	0,31
Receitas de Loterias	2.844	3.611	3.184	3.168	(16)	0,08	0,09	3.408	0,08	4.323	3.896	0,09
CIDE - Apoio Tecnológico	1.183	1.389	1.571	1.599	28	0,03	0,04	1.511	0,04	1.710	1.970	0,04
Demais	12.598	18.218	7.780	5.162	(2.618)	0,37	0,14	15.763	0,38	21.758	8.066	0,18
Subtotal (a)	523.520	579.747	544.865	536.000	(8.865)	15,34	14,70	628.769	15,18	699.873	656.106	14,61
CPSS - Contribuição do Servidor Regime Próprio	7.087	7.478	7.346	7.274	(72)	0,21	0,20	11.317	0,27	10.296	10.296	0,23
Subtotal (b)	530.607	587.225	552.139	543.274	(8.865)	15,55	14,90	640.086	15,45	710.169	666.402	14,84
Arrecadação Líquida do INSS (c)	190.633	213.939	215.828	214.651	(1.177)	5,59	5,89	245.892	5,94	269.300	278.721	6,21
Receita Administrada pela RFB (a+b+c)	721.240	801.164	760.693	750.651	(10.042)	21,13	20,59	885.978	21,38	979.469	945.123	21,04

Fonte : RFB/MF, STN, INSS, SOF/MPO. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Receitas administradas líquidas de restituição e de incentivos.

⁽²⁾ Idem. Refere-se à previsão do Poder Executivo no decreto de programação financeira, considerando apenas janeiro realizado.

⁽³⁾ Idem. Refere-se à previsão do Poder Executivo no decreto correspondente à 4ª Avaliação, considerando os dois primeiros bimestres já realizados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTO, PROGRAMAÇÃO E EXPECTATIVAS DO MERCADO/FOCUS, 2012											
Parâmetros e Indicadores Macroeconômicos											
Parâmetros	Lei 2012	Fevereiro	Março	Maio		Julho	Setembro	Novembro	2013		Focus 30/11
		Programação Dec. 7.680	1ª Avaliação Dec. 7.707	2ª Avaliação Dec. 7.740	PLDO 2013	3ª Avaliação Dec. 7.781 Proposta 2013	4ª Avaliação Dec. 7.814	5ª Avaliação Dec. 7.847 Atualização da Proposta	PLDO 2013	PLOA 2013	
Variação real do PIB (%)	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	3,00	2,00	2,00	5,50	4,50	1,27
PIB (R\$ bilhões)	4.510,1	4.573,6	4.573,6	4.539,6	4.539,6	4.483,2	4.474,8	4.491,2	5.027,5	4.973,6	...
IPCA acum (%)	6,00	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70	5,20	4,50	4,50	5,43
IGP-DI acum (%)	6,00	4,99	4,99	4,90	4,90	6,19	8,17	7,94	4,50	4,90	7,64
INPC acum (%)	...	4,50	4,50	4,50	5,00	5,95
Massa salarial (%)	9,79	11,73	11,73	12,01	12,01	12,51	12,51	13,23	10,34	10,87	...
Taxa Selic média (% a.a.)	10,50	10,48	10,48	9,86	...	8,86	8,59	8,52	9,43	8,00	8,47
Taxa Selic-fim período (% a.a.)	11,63	11,62	9,75	8,00	7,50	7,25	9,00	8,00	7,25
Câmbio médio (R\$/US\$)	1,80	1,79	1,79	1,76	1,76	1,93	1,96	1,95	1,84	2,03	1,96
Petróleo-preço médio (US\$)	104,00	111,64	111,64	111,64	...	113,87	113,87	110,18

Fonte: Relatórios de Avaliação e decretos citados; Lei Orçamentária de 2012; PL 24, de 2012-CN; SOF/MPOG; STN/MF; Bacen. Elaboração dos autores

DÍVIDA BRUTA E LÍQUIDA DO GOVERNO GERAL, 2002-2012

	2002	...	2007	2008	2009	2010	2011	Outubro 2012
	(% do PIB)							
Dívida Bruta do Governo Geral ⁽¹⁾	62,7		58,0	57,4	62,0	53,4	54,2	59,2
Dívida Líquida do Setor Público ⁽²⁾	60,4		45,5	38,5	42,8	39,1	36,4	35,2
Dívida Interna Líquida	44,7		53,0	49,5	51,1	48,7	49,4	49,6
União (inclui Estatais Federais)	24,2		38,4	35,5	38,2	37,3	38,6	38,7
Governos Regionais	20,5		14,6	14,0	12,9	11,4	10,8	10,9
Dívida Externa Líquida	15,7		(7,5)	(11,0)	(9,2)	(9,5)	(13,0)	(14,4)
Governo Federal e Banco Central	37,9		30,7	24,0	29,3	26,6	24,4	22,9
Governos Regionais	22,6		15,2	14,8	13,7	12,0	11,4	11,7
Empresas Estatais Federais	(0,2)		(0,4)	(0,3)	(0,2)	(0,2)	(0,2)	(0,2)
Memorando:								
Tesouro Nacional								
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional ⁽³⁾	36,1		45,1	41,1	43,4	42,2	42,7	42,1
Títulos Livres na Carteira do Bacen	13,9		6,4	5,6	5,7	18,7	18,1	19,7
Crédito para Instituição Financeira Oficial ⁽⁴⁾	(0,8)		(0,5)	(1,4)	(4,5)	(6,8)	(7,7)	(8,9)
Equalização Cambial ⁽⁵⁾	-		-	(5,7)	1,6	1,3	0,3	0,2
Banco Central do Brasil								
Operações Compromissadas	5,2		7,0	10,7	14,3	7,7	8,3	13,8
Base Monetária	5,0		5,5	4,9	5,2	5,5	5,2	4,7
Dívida Externa Líquida ⁽⁶⁾	(4,0)		(12,0)	(15,9)	(12,8)	(9,5)	(13,0)	(14,4)
	(R\$ Bilhões)							
Dívida Líquida do Setor Público	892,3		1.211,8	1.168,2	1.362,7	1.475,8	1.508,5	1.541,2
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional ⁽³⁾	532,9		1.199,2	1.245,0	1.381,8	1.590,7	1.769,3	1.842,7
Operações Compromissadas	77,1		187,4	325,2	454,7	288,7	341,9	606,0
Crédito para Instituição Financeira Oficial ⁽⁴⁾	(11,8)		(14,1)	(43,1)	(144,8)	(256,6)	(319,1)	(390,1)
Produto Interno Bruto ⁽⁷⁾	1.477,8		2.661,3	3.032,2	3.239,4	3.770,1	4.143,0	4.376,5

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Exclui Banco Central e empresas estatais. Exclui dívida mobiliária na carteira do Bacen e inclui operações compromissadas do Bacen.

⁽²⁾ Inclui Banco Central e empresas estatais. Inclui títulos livres na carteira do Bacen.

⁽³⁾ Posição de carteira. A soma deste item com o valor registrado em "Dívida securitizadas e TDA" corresponde ao total da DPMFi no critério utilizado pelo Demab do Bacen.

⁽⁴⁾ Soma instrumentos híbridos de capital e dívida e outros créditos concedidos ao BNDES.

⁽⁵⁾ Equalização do resultado financeiro das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais, realizadas pelo Banco Central (MP nº 435).

⁽⁶⁾ Inclui as reservas internacionais.

⁽⁷⁾ PIB acumulado no ano em valores correntes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																										
Receitas Primárias, 2008-2012																										
Discriminação	2008	2009	2010 sem PETR	2011		2012																Diferenças da Aval 5º Bimestre em Relação a				
	Realizado				Proposta Orçamentária		Lei Orçamentária		Decreto 7.680/12 (Programação)		Avaliação 1º Bimestre (Dec 7.707)		Avaliação 2º Bimestre (Dec 7.740)		Avaliação 3º Bimestre (Dec 7.781)		Avaliação 4º Bimestre (Dec 7.814)		Avaliação 5º Bimestre (Dec 7.847)		Avaliação 4º Bimestre	Program (Dec 7.680)	Lei	Realiz 2011		
	% do PIB	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% do PIB		
RECEITA TOTAL	23,66	22,86	22,45	991.037,9	23,92	1.097.340,8	24,18	1.127.322,7	25,00	1.090.909,1	23,85	1.090.913,8	23,85	1.094.344,3	24,11	1.090.324,2	24,32	1.088.965,1	24,34	1.084.680,6	24,15	(4.284,5)	(6.228,5)	(42.642,1)	(0,84)	0,23
Receita Administrada pela RFB	15,38	14,08	14,09	628.621,1	15,17	707.644,8	15,60	724.424,4	16,06	699.873,3	15,30	699.878,1	15,30	689.885,4	15,20	676.628,7	15,09	664.888,8	14,86	656.105,9	14,61	(8.782,9)	(43.767,4)	(68.318,5)	(1,45)	(0,56)
Imposto de Importação	0,57	0,49	0,56	26.680,7	0,64	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	33.081,3	0,72	33.491,2	0,73	32.640,8	0,72	32.917,1	0,73	32.184,4	0,72	31.187,6	0,69	(996,8)	(1.893,7)	(2.780,3)	(0,06)	0,05
IPI	1,23	0,87	1,00	41.471,4	1,00	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	51.004,9	1,12	51.001,5	1,12	49.728,9	1,10	47.675,9	1,06	45.750,2	1,02	45.028,6	1,00	(721,6)	(5.976,3)	(6.424,2)	(0,14)	0,00
Imposto de Renda	5,91	5,52	5,16	235.525,9	5,68	270.741,1	5,97	275.021,5	6,10	262.917,1	5,75	263.071,5	5,75	261.532,7	5,76	252.848,5	5,64	250.705,6	5,60	248.293,0	5,53	(2.412,7)	(14.624,1)	(26.728,6)	(0,57)	(0,16)
IDF	0,67	0,60	0,70	31.943,4	0,77	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	35.390,2	0,77	35.182,2	0,77	34.847,6	0,77	32.557,4	0,73	31.633,7	0,71	31.265,1	0,70	(368,6)	(4.125,0)	(7.917,9)	(0,17)	(0,07)
COFINS	4,02	3,67	3,75	160.988,4	3,89	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	173.435,7	3,79	173.279,7	3,79	172.595,6	3,80	178.744,8	3,99	177.786,4	3,97	177.117,3	3,94	(669,1)	3.681,6	(500,6)	0,01	0,06
PIS/PASEP	1,04	0,98	1,08	42.102,1	1,02	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	45.885,1	1,00	46.009,4	1,01	45.864,1	1,01	47.407,3	1,06	47.105,7	1,05	46.858,2	1,04	(247,5)	973,0	(845,4)	(0,01)	0,03
CSLL	1,47	1,39	1,23	58.961,6	1,42	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	63.493,0	1,39	64.350,2	1,41	61.984,9	1,37	60.564,0	1,35	59.181,1	1,32	58.441,7	1,30	(739,4)	(5.051,3)	(4.932,5)	(0,10)	(0,12)
CPMF	0,04	0,00	0,00	76,3	0,00	-	-	-	8,3	0,00	17,7	0,00	35,4	0,00	84,6	0,00	(288,6)	(0,01)	(274,5)	(0,01)	14,2	(282,8)	(274,5)	(0,01)	(0,01)	
CIDE-Combustíveis	0,20	0,15	0,21	8.963,5	0,22	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	5.286,3	0,12	5.293,3	0,12	5.343,4	0,12	2.879,4	0,06	2.869,8	0,06	2.875,1	0,06	5,3	(2.411,2)	(6.960,6)	(0,15)	(0,15)
Outras Administradas pela SRF	0,23	0,41	0,40	21.907,8	0,53	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	29.371,4	0,64	28.181,4	0,62	25.312,1	0,56	20.949,8	0,47	17.960,5	0,40	15.313,8	0,34	(2.646,7)	(14.057,6)	(10.954,0)	(0,24)	(0,19)
Contribuição dos Servidores ao PSSS	0,22	0,23	0,23	9.291,6	0,22	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	-	-	-	0,00	0,00
Arrecadação Líquida do INSS	5,39	5,62	5,62	245.891,9	5,94	266.296,4	5,87	274.068,9	6,08	269.300,0	5,89	269.300,0	5,89	269.300,0	5,93	272.300,0	6,07	275.217,0	6,15	278.721,2	6,21	3.504,2	9.421,2	4.652,3	0,13	0,27
Receitas Não Administradas	2,68	2,93	2,51	107.233,2	2,59	110.103,3	2,43	115.533,1	2,56	111.439,4	2,40	111.439,4	2,44	124.862,6	2,75	131.099,1	2,92	138.562,9	3,10	139.557,2	3,11	994,2	28.117,7	24.024,1	0,55	0,52
Concessões	0,20	0,10	0,03	3.938,3	0,10	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05	1.753,5	0,04	1.753,5	0,04	5.568,5	0,12	4.653,5	0,10	4.653,5	0,10	4.653,5	0,10	-	2.900,0	2.400,0	0,05	0,01
Dividendos	0,44	0,82	0,59	19.962,4	0,48	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45	19.836,7	0,43	19.836,7	0,43	23.512,4	0,52	26.512,4	0,59	29.012,4	0,65	29.012,4	0,65	-	9.175,6	8.585,4	0,19	0,16
Salário-Educação	0,29	0,30	0,29	13.115,5	0,32	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34	14.318,7	0,31	14.318,7	0,31	14.618,7	0,32	15.618,7	0,35	15.618,7	0,35	15.618,7	0,35	-	1.300,0	65,3	0,00	0,03
Royalties/Comp. Financeiras	0,83	0,60	0,65	29.585,6	0,71	32.562,9	0,72	32.562,9	0,72	32.562,9	0,71	32.562,9	0,71	34.963,3	0,77	36.218,6	0,81	39.218,6	0,88	39.218,6	0,87	-	6.655,7	6.655,7	0,15	0,16
Demais Receitas	0,52	0,70	0,54	23.213,5	0,56	23.828,9	0,52	25.551,6	0,57	25.551,6	0,56	25.551,6	0,56	26.726,2	0,59	26.726,2	0,60	28.690,0	0,64	28.782,2	0,64	92,2	3.230,6	3.230,6	0,07	0,08
Receita Própria (Itens 50, 81 & 82)	0,34	0,34	0,34	14.650,6	0,35	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36	14.458,6	0,32	14.458,6	0,32	16.516,2	0,36	18.412,5	0,41	18.412,5	0,41	19.314,5	0,43	902,0	4.855,9	3.087,2	0,07	0,08
FGTS	0,06	0,08	0,07	2.767,5	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,06	2.957,2	0,06	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	-	-	-	0,00	(0,00)
Operações com Ativos	-	-	-	-	-	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.000,0)	(0,07)	-
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	4,20	3,70	3,53	163.040,6	3,94	185.665,9	4,09	189.540,5	4,20	182.614,9	3,99	182.692,6	3,99	181.200,0	3,99	176.267,7	3,93	174.547,5	3,90	170.893,2	3,81	(3.654,3)	(11.721,7)	(18.647,3)	(0,40)	(0,13)
FPE/FPMP/PEE	3,36	3,01	2,80	130.171,8	3,14	148.180,7	3,27	151.314,4	3,35	146.424,9	3,20	146.494,5	3,20	144.521,8	3,18	138.403,1	3,09	135.298,4	3,02	131.631,6	2,93	(3.666,8)	(14.793,3)	(19.682,8)	(0,42)	(0,21)
Fundos Regionais	0,09	0,09	0,08	3.786,2	0,09	5.166,2	0,11	5.166,2	0,11	4.862,4	0,11	4.867,1	0,11	4.092,9	0,09	3.745,4	0,08	3.626,9	0,08	3.524,2	0,08	(102,8)	(1.338,2)	(1.642,1)	(0,04)	(0,01)
Salário Educação	0,17	0,18	0,17	7.770,7	0,19	8.591,2	0,19	9.332,1	0,21	8.591,2	0,19	8.591,2	0,19	8.771,2	0,19	9.423,2	0,21	9.423,2	0,21	9.423,2	0,21	-	832,0	91,1	0,00	0,02
Compensações Financeiras	0,52	0,38	0,41	18.594,3	0,45	20.777,3	0,46	20.777,3	0,46	20.777,3	0,45	20.777,3	0,45	21.813,4	0,48	22.927,5	0,51	24.427,5	0,55	24.427,5	0,54	-	3.650,1	3.650,1	0,08	0,10
Cide-combustíveis	0,05	0,03	0,05	2.109,7	0,05	2.268,0	0,05	2.268,0	0,05	1.225,6	0,03	1.227,2	0,03	1.420,1	0,03	1.115,8	0,02	1.115,8	0,02	1.117,9	0,02	2,1	(107,7)	(1.150,2)	(0,03)	(0,03)
Demais	0,01	0,01	0,01	607,8	0,01	682,4	0,02	682,4	0,02	733,4	0,02	735,2	0,02	580,6	0,01	652,7	0,01	655,7	0,01	769,0	0,02	113,2	35,5	86,6	0,00	0,00
RECEITA LÍQUIDA	19,46	19,16	18,91	827.997,3	19,99	911.674,9	20,09	937.782,2	20,79	908.294,2	19,86	908.221,2	19,86	913.144,3	20,11	914.056,5	20,39	914.417,6	20,43	913.787,4	20,35	(630,2)	5.493,2	(23.994,8)	(0,45)	0,36
Memorando:																										
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)	3.032,2	3.239,4	3.770,1	-	4.143,0	4.537,5	4.510,1	4.573,6	4.573,6	4.573,6	4.573,6	4.573,6	4.539,6	4.483,2	4.474,8	4.491,2										

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal, IBGE, Banco Central do Brasil. Avaliações e Decretos citados. Elaboração dos autores.



RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2007-2012 ⁽¹⁾																						
Item	2007	2008	2009	2010	2011				2012													
	Realizado				Realizado		Proposta		Lei		Programação (Dec. 7.680/12)		1ª Avaliação (Dec. 7.707)		2ª Avaliação (Dec. 7.740)		3ª Avaliação (Dec. 7.871)		4ª Avaliação (Dec. 7.814)		5ª Avaliação (Dec. 7.847)	
	% do PIB				R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
Imposto de Importação	0,46	0,57	0,49	0,56	26.680,7	0,64	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	33.081,0	0,72	33.491,2	0,73	32.640,8	0,72	32.917,1	0,73	32.184,4	0,72	31.187,6	0,69
IPI	1,20	1,23	0,87	1,00	41.471,4	1,00	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	51.005,0	1,12	51.001,5	1,12	49.728,9	1,10	47.675,9	1,06	45.750,2	1,02	45.028,6	1,00
IPI - Fumo	0,11	0,11	0,10	0,10	3.745,7	0,09	5.105,7	0,11	5.347,3	0,12	4.702,0	0,10	4.629,2	0,10	4.886,9	0,11	5.038,3	0,11	4.363,8	0,10	4.201,5	0,09
IPI - Bebidas	0,10	0,08	0,07	0,06	2.990,7	0,07	3.033,0	0,07	3.075,8	0,07	3.635,0	0,08	3.621,7	0,08	3.656,2	0,08	3.882,3	0,09	3.748,2	0,08	3.590,3	0,08
IPI - Automóveis	0,20	0,20	0,06	0,15	7.146,8	0,17	8.050,6	0,18	8.094,5	0,18	7.777,0	0,17	7.661,8	0,17	7.380,8	0,16	5.441,7	0,12	4.738,1	0,11	4.688,7	0,10
IPI - Importação	0,29	0,34	0,26	0,30	13.716,6	0,33	15.802,4	0,35	17.787,1	0,39	17.910,0	0,39	18.172,2	0,40	17.834,3	0,39	18.033,9	0,40	17.352,7	0,39	16.385,2	0,36
IPI - Outros	0,51	0,50	0,37	0,38	13.871,6	0,33	17.265,6	0,38	17.148,1	0,38	16.981,0	0,37	16.916,6	0,37	15.970,7	0,35	15.279,6	0,34	15.547,3	0,35	16.162,9	0,36
Imposto de Renda	5,57	5,91	5,52	5,16	235.525,9	5,68	270.741,1	5,97	275.021,5	6,10	262.917,0	5,75	263.071,5	5,75	261.532,7	5,76	252.848,5	5,64	250.705,6	5,60	248.293,0	5,53
IR - Pessoa Física	0,52	0,50	0,46	0,46	21.855,1	0,53	25.195,5	0,56	25.643,8	0,57	24.287,0	0,53	24.286,0	0,53	24.323,5	0,54	23.710,3	0,53	23.730,0	0,53	23.735,1	0,53
IR - Pessoa Jurídica	2,55	2,68	2,50	2,25	98.432,6	2,38	116.655,0	2,57	115.965,1	2,57	114.432,0	2,50	114.803,0	2,51	111.033,6	2,45	105.236,7	2,35	103.715,2	2,32	102.773,2	2,29
IR - Fonte	2,50	2,73	2,56	2,45	115.238,2	2,78	129.022,8	2,84	133.412,6	2,96	124.198,0	2,72	123.982,6	2,71	126.175,6	2,78	123.901,4	2,76	123.260,5	2,75	121.784,6	2,71
IRRF - Trabalho	1,21	1,36	1,30	1,30	58.400,4	1,41	63.360,9	1,40	64.627,4	1,43	64.077,0	1,40	63.946,9	1,40	66.274,9	1,46	64.641,1	1,44	65.032,6	1,45	64.524,5	1,44
IRRF - Capital	0,81	0,84	0,72	0,67	35.543,2	0,86	43.050,9	0,95	43.050,9	0,95	37.529,0	0,82	37.739,8	0,83	37.634,0	0,83	35.978,0	0,80	35.074,4	0,78	34.228,0	0,76
IRRF - Remessas	0,30	0,33	0,34	0,31	13.926,7	0,34	14.032,3	0,31	17.192,2	0,38	14.318,0	0,31	13.994,5	0,31	13.972,0	0,31	14.936,9	0,33	14.893,5	0,33	14.763,6	0,33
IRRF - Outros	0,19	0,20	0,20	0,17	7.367,9	0,18	8.578,8	0,19	8.542,1	0,19	8.274,0	0,18	8.301,3	0,18	8.294,6	0,18	8.345,4	0,19	8.260,0	0,18	8.268,5	0,18
IOF	0,30	0,67	0,60	0,70	31.943,4	0,77	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	35.390,0	0,77	35.182,2	0,77	34.847,6	0,77	32.557,4	0,73	31.633,7	0,71	31.265,1	0,70
Cofins	3,89	4,02	3,67	3,75	160.988,4	3,89	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	173.436,0	3,79	173.279,7	3,79	172.595,6	3,80	178.744,8	3,99	177.786,4	3,97	177.117,3	3,94
PIS/Pasep	1,01	1,04	0,98	1,08	42.102,1	1,02	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	45.885,0	1,00	46.009,4	1,01	45.864,1	1,01	47.407,3	1,06	47.105,7	1,05	46.858,2	1,04
CSLL	1,30	1,47	1,39	1,23	58.961,6	1,42	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	63.493,0	1,39	64.350,2	1,41	61.984,9	1,37	60.564,0	1,35	59.181,1	1,32	58.441,7	1,30
CPMF	1,37	0,04	0,00	0,00	76,3	0,00	-	-	-	-	8,0	0,00	17,7	0,00	35,40	0,00	84,6	0,00	(288,6)	(0,01)	(274,5)	(0,01)
CIDE-Combustíveis	0,30	0,20	0,15	0,21	8.963,5	0,22	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	5.286,0	0,12	5.293,3	0,12	5.343,4	0,12	2.879,4	0,06	2.869,8	0,06	2.875,1	0,06
Outras Administradas	0,30	0,23	0,41	0,40	21.907,8	0,53	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	29.372,0	0,64	28.181,4	0,62	25.312,1	0,56	20.949,8	0,47	17.960,5	0,40	15.313,8	0,34
TOTAL	15,69	15,38	14,08	14,09	628.621,1	15,17	707.644,8	15,60	724.424,4	16,06	699.873,0	15,30	699.878,1	15,30	689.885,4	15,20	676.628,7	15,09	664.888,8	14,86	656.105,9	14,61

Fonte: RFB/MF; SOF/MPOG; Avaliações e decretos citados; Projeto de lei orçamentária de 2012; IBGE. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Líquida de incentivos fiscais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																				
Receitas Não Administradas, 2008-2012																				
Discriminação	2008	2009	2010 sem PETR	2011								2012					Diferenças da Aval do 5º Bimestre 2012 em Relação a			
	Realizado			Proposta Orçamentária		Lei Orçamentária		Decreto 7.445 (Programação)		Avaliações Bimestrais					Programa	IV (Dec. 7.814)	Lei			
	% do PIB		R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões					% PIB	R\$ Milhões			
	I (Dec. 7.707)	II (Dec. 7.740)	III (Dec. 7.781)	IV (Dec. 7.814)	V (Dec. 7.847)															
Receitas Não Administradas sem OA	2,68	2,93	2,51	107.233,2	2,59	110.103,3	2,43	115.533,1	2,56	111.439,4	2,40	111.439,4	124.862,6	131.099,1	138.562,9	139.557,2	3,1	28.117,7	994,2	24.024,1
Concessões	0,20	0,10	0,03	3.938,3	0,10	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05	1.753,5	0,04	1.753,5	5.568,5	4.653,5	4.653,5	4.653,5	0,1	2.900,0	-	2.400,0
Dividendos	0,44	0,82	0,59	19.962,4	0,48	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45	19.836,7	0,43	19.836,7	23.512,4	26.512,4	29.012,4	29.012,4	0,6	9.175,6	-	8.585,4
Salário-Educação	0,29	0,30	0,29	13.115,5	0,32	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34	14.318,7	0,31	14.318,7	14.618,7	15.618,7	15.618,7	15.618,7	0,3	1.300,0	-	65,3
Royalties/Comp. Financeiras	0,83	0,60	0,65	29.585,6	0,71	32.562,9	0,72	32.562,9	0,72	32.562,9	0,71	32.562,9	34.963,3	36.218,6	39.218,6	39.218,6	0,9	6.655,7	-	6.655,7
Demais Receitas	0,52	0,70	0,54	23.213,5	0,56	23.628,9	0,52	25.551,6	0,57	25.551,6	0,56	25.551,6	26.726,2	26.726,2	28.690,0	28.782,2	0,6	3.230,6	92,2	3.230,6
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	0,34	0,34	0,34	14.650,6	0,35	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36	14.458,6	0,32	14.458,6	16.516,2	18.412,5	18.412,5	19.314,5	0,4	4.855,9	902,0	3.087,2
FGTS	0,06	0,08	0,07	2.767,5	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,06	2.957,2	2.957,2	2.957,2	2.957,2	2.957,2	0,1	-	-	-
Operações com Ativos (OA)	-	-	-	-	-	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.000,0)
Memorando:																				
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)	3.032,2	3.239,4	3.770,1	4.143,0		4.537,5		4.510,1		4.573,6		4.573,6	4.539,6	4.483,2	4.474,8	4.491,2				

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; Receita Federal do Brasil; Orçamento de 2012; IBGE; Decretos e avaliações citados. Elaboração dos autores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Despesas e Resultados Primários, 2008-2012

Discriminação	2012														Diferenças da Avaliação do 5º Bimestre em Relação a													
	2008	2009	2010 sem PETR	2011	Proposta Orçamentária		Lei Orçamentária		Decreto 7.680/12 (Programação)		Avaliação 1º Bimestre (Dec 7.707)		Avaliação 2º Bimestre (Dec 7.740)		Avaliação 3º Bimestre (Dec 7.781)		Avaliação 4º Bimestre (Dec 7.814)		Avaliação 5º Bimestre (Dec 7.847)		Aval 4º Bimestre	Dec 7.680/12 Program	Lei	2011				
	% do PIB				R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB		
TOTAL DAS DESPESAS	17,10	17,95	17,66	734.477,6	17,73	840.301,9	18,52	866.321,2	19,21	811.321,1	17,74	811.248,2	17,74	816.171,3	17,98	817.083,5	18,23	817.444,6	18,27	842.414,4	18,76	24.969,8	31.093,3	(23.906,8)	(0,45)			
Pessoal e Encargos Sociais	4,37	4,74	4,42	181.441,4	4,38	187.613,1	4,13	187.613,1	4,16	187.613,1	4,10	187.613,1	4,10	187.611,5	4,13	187.611,5	4,18	187.611,5	4,19	189.773,6	4,23	2.162,1	2.160,5	187.611,5	4,19	189.773,6	4,23	
Benefícios da Previdência	6,58	6,94	6,76	281.438,2	6,79	313.885,5	6,92	316.105,5	7,01	308.405,5	6,74	308.405,5	6,74	308.405,5	6,79	308.405,5	6,88	308.475,5	6,89	318.600,0	7,09	10.124,5	10.194,5	2.494,5	0,09	318.600,0	7,09	
Demais Desp Vinculadas ao Salário Mínimo	1,20	1,42	1,38	59.078,2	1,43	69.536,4	1,53	69.536,4	1,54	67.993,4	1,49	67.993,4	1,49	67.993,4	1,50	67.993,4	1,52	67.993,4	1,52	70.894,7	1,58	2.901,3	2.901,3	1.358,3	0,04	70.894,7	1,58	
Abono e Seguro Desemprego	0,67	0,83	0,79	34.173,4	0,82	39.575,4	0,87	39.575,4	0,88	39.575,4	0,87	39.575,4	0,87	39.575,4	0,87	39.575,4	0,88	39.575,4	0,88	40.194,7	0,89	619,3	619,3	619,3	0,02	40.194,7	0,89	
LOAS	0,46	0,53	0,54	24.904,8	0,60	29.961,0	0,66	29.961,0	0,66	28.418,0	0,62	28.418,0	0,62	28.418,0	0,63	28.418,0	0,63	28.418,0	0,64	30.700,0	0,68	2.282,0	2.282,0	739,0	0,02	30.700,0	0,68	
Renda Mensal Vitalícia - RMV	0,06	0,06	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Compensação Estados Exportadores ICMS	0,17	0,12	0,10	3.900,0	0,09	-	-	3.900,0	0,09	3.900,0	0,09	3.900,0	0,09	3.900,0	0,09	3.900,0	0,09	3.900,0	0,09	3.900,0	0,09	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Obrigatórias	0,41	0,49	0,53	30.416,4	0,73	33.538,0	0,74	33.938,4	0,75	23.153,3	0,51	23.449,6	0,51	26.983,9	0,59	27.896,1	0,62	28.187,2	0,63	29.401,4	0,65	1.214,3	6.248,1	(4.536,9)	(0,10)	29.401,4	0,65	
Subsídios, Subvenções e Proagro	0,13	0,08	0,13	6.717,4	0,16	10.178,2	0,22	10.578,2	0,23	5.420,0	0,12	4.993,5	0,11	5.167,4	0,11	6.138,8	0,14	6.138,8	0,14	6.948,1	0,15	809,3	1.528,1	(3.630,1)	(0,08)	6.948,1	0,15	
Sentenças Judiciais - demais	0,05	0,06	0,07	2.389,1	0,07	3.780,4	0,08	3.780,7	0,08	3.780,7	0,08	3.780,7	0,08	3.782,3	0,08	3.782,3	0,08	3.712,3	0,08	3.110,7	0,07	(601,6)	(670,0)	(670,0)	(0,01)	3.110,7	0,07	
Fundef/Fundeb - Complementação	0,10	0,16	0,14	9.328,9	0,23	10.571,5	0,23	10.571,5	0,23	10.571,5	0,23	10.571,5	0,23	10.571,5	0,23	9.883,7	0,22	9.754,7	0,22	9.754,7	0,22	-	(816,8)	(816,8)	(0,02)	9.754,7	0,22	
FDA/FDNE/SUDAM/SUDENE	0,01	0,01	0,04	898,8	0,02	1.653,6	0,04	1.653,6	0,04	-	-	326,7	0,01	930,9	0,02	996,0	0,02	1.290,5	0,03	1.782,4	0,04	491,9	1.782,4	128,8	0,00	1.782,4	0,04	
Fundo Constitucional do DF	0,02	0,02	0,01	679,6	0,02	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	1.152,4	0,03	951,3	0,02	(201,1)	(201,1)	(201,1)	(0,00)	951,3	0,02	
Fabricação de Cédulas e Moedas	0,02	0,03	0,02	935,1	0,02	1.041,8	0,02	1.041,8	0,02	341,8	0,01	341,8	0,01	341,8	0,01	341,8	0,01	574,3	0,01	804,1	0,02	229,8	462,3	(237,7)	(0,01)	804,1	0,02	
FGTS	0,06	0,08	0,07	2.767,5	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	-	-	355,5	0,01	355,5	0,01	355,5	0,01	355,5	0,01	355,5	0,01	-	355,5	(2.601,7)	(0,06)	355,5	0,01	
Transf. Agência Nacional de Águas - ANA	0,00	0,00	0,00	161,5	0,00	255,9	0,01	255,9	0,01	255,9	0,01	255,9	0,01	256,7	0,01	256,7	0,01	256,7	0,01	241,3	0,01	(15,4)	(14,6)	(14,6)	(0,00)	241,3	0,01	
Amistados	0,00	0,00	0,00	192,0	0,00	195,0	0,00	195,0	0,00	195,0	0,00	195,0	0,00	195,0	0,00	195,0	0,00	197,1	0,00	241,2	0,01	44,0	46,2	45,2	0,00	197,1	0,00	
Benefícios de Legislação Especial	-	0,00	0,01	288,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	340,4	0,01	375,9	0,01	35,5	35,5	35,5	0,00	375,9	0,01	
Apoio Financeiro aos Municípios/Desoneração folha	-	0,06	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.790,0	0,04	1.790,0	0,04	1.790,0	0,04	1.790,0	0,04	-	1.790,0	1.790,0	0,04	1.790,0	0,04	
Créditos Extraordinários	-	-	-	5.036,8	0,12	-	-	-	-	484,0	0,01	523,8	0,01	1.262,3	0,03	1.762,3	0,04	1.762,3	0,04	2.144,7	0,05	382,4	1.660,7	2.144,7	0,05	2.144,7	0,05	
Doações e Convênios	0,01	0,01	0,01	390,1	0,01	1.361,6	0,03	1.361,6	0,03	561,6	0,01	562,4	0,01	787,7	0,02	851,1	0,02	812,1	0,02	881,5	0,02	69,3	319,9	(480,2)	(0,01)	881,5	0,02	
Ressarcimento Est Mun - combustíveis fósseis	-	-	-	31,3	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	50,0	0,00	20,0	0,00	(30,0)	(30,0)	(30,0)	(0,00)	20,0	0,00	
Capitalização da Petrobrás pela União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Legislativo/Judiciário/MPU	0,19	0,17	0,18	7.001,9	0,17	8.565,5	0,19	9.075,9	0,20	9.113,9	0,20	8.744,7	0,19	8.820,2	0,19	8.820,2	0,20	8.820,2	0,20	9.014,8	0,20	194,7	(99,1)	(61,1)	(0,00)	9.014,8	0,20	
Subtotal das Despesas Obrigatórias	12,91	13,88	13,37	563.276,2	13,60	613.138,5	13,51	620.169,3	13,75	600.179,3	13,12	600.106,4	13,12	603.714,4	13,30	604.626,6	13,49	604.987,7	13,52	621.584,6	13,84	16.596,8	21.405,3	1.415,3	0,09	621.584,6	13,84	
Discricionárias - Executivo	3,72	4,08	4,29	171.201,5	4,13	227.163,4	5,01	246.151,9	5,46	211.141,9	4,62	211.141,9	4,62	212.456,9	4,68	212.456,9	4,74	212.456,9	4,75	220.829,8	4,92	8.372,9	9.687,9	(25.322,1)	(0,54)	220.829,8	4,92	
Outras Discricionárias	3,46	3,52	3,71	143.179,0	3,46	194.867,1	4,29	220.008,1	4,88	210.598,1	4,60	210.598,1	4,60	211.913,1	4,67	211.913,1	4,73	211.913,1	4,74	194.721,3	4,34	(17.191,8)	(15.876,8)	(25.286,8)	(0,54)	194.721,3	4,34	
Reserva de Contingência / Orçamentária	-	-	-	-	-	6.187,8	0,14	35,3	0,00	35,3	0,00	35,3	0,00	35,3	0,00	35,3	0,00	35,3	0,00	-	-	(35,3)	(35,3)	(35,3)	(0,00)	-	-	
Programa de Aceleração do Crescimento	0,26	0,55	0,59	28.022,5	0,68	25.600,0	0,56	25.600,0	0,57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.600,0	0,57	25.600,0	25.600,0	25.600,0	0,00	25.600,0	0,57		
Capitalização do Fundo Social	-	-	-	-	-	508,5	0,01	508,5	0,01	508,5	0,01	508,5	0,01	508,5	0,01	508,5	0,01	508,5	0,01	508,5	0,01	-	-	-	-	-	-	-
Fundo Soberano do Brasil	0,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(0,04)	0,06	(0,04)	(1.622,1)	(0,04)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado com PPI/PAC	2,31	1,27	1,21	91.897,6	2,22	71.373,0	1,57	71.461,0	1,58	96.973,0	2,12	96.973,0	2,12	96.973,0	2,14	96.973,0	2,16	96.973,0	2,17	71.373,0	1,59	(25.600,0)	(25.600,0)	(88,0)	0,00	71.373,0	1,59	
Resultado sem PPI/PAC	2,57	1,82	1,79	-	-	96.973,0	2,14	97.061,0	2,15	96.973,0	2,12	96.973,0	2,12	96.973,0	2,14	96.973,0	2,16	96.973,0	2,17	96.973,0	2,16	(0,0)	(0,0)	(88,0)	0,01	96.973,0	2,16	
Resultado Primário das Estatais Federais	0,12	(0,02)	0,02	1.717,0	0,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário da União	2,43	1,25	1,23	93.614,5	2,26	71.373,0	1,57	71.461,0	1,58	96.973,0	2,12	96.973,0	2,12	96.973,0	2,14	96.973,0	2,16	96.973,0	2,17	71.373,0	1,59	(25.600,0)	(25.600,0)	(88,0)	0,00	71.373,0	1,59	
Memorando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Déficit da Previdência	(1,19)	(1,32)	(1,14)	(35.546,3)	(0,86)	(47.589,2)	(1,05)	(42.036,7)	(0,93)	(39.105,5)	(0,86)	(39.10																

EVOLUÇÃO DE RESULTADOS E METAS PRIMÁRIAS DO SETOR PÚBLICO, 2008-2012																		
Discriminação	Realizado				Metas													
					2012													
	2008	2009	2010	2011	LDO		Orçamento		Decreto 7.680		2ª Avaliação (Dec 7.740)		3ª Avaliação (Dec 7.781)		4ª Avaliação (Dec 7.814)		5ª Avaliação (Dec 7.847)	
					% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões
Setor Público	3,42	2,00	2,70	3,11	139.822,0	3,10	139.910,0	3,10	139.822,0	3,06	139.822,0	3,08	139.822,0	3,12	139.822,0	3,12	139.822,0	3,11
Governo Federal	2,34	1,26	2,07	2,26	96.973,0	2,15	97.061,0	2,15	96.973,0	2,12	96.973,0	2,14	96.973,0	2,16	96.973,0	2,17	96.973,0	2,16
Governo Central	2,35	1,31	2,09	2,25	96.973,0	2,15	97.061,0	2,15	96.973,0	2,12	96.973,0	2,14	96.973,0	2,16	96.973,0	2,17	96.973,0	2,16
Estatais Federais	(0,01)	(0,05)	(0,02)	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Regionais	1,08	0,74	0,63	0,85	42.849,0	0,95	42.849,0	0,95	42.849,0	0,94	42.849,0	0,94	42.849,0	0,96	42.849,0	0,96	42.849,0	0,95
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social ⁽¹⁾																		
Receita	23,66	22,86	24,43	23,92	1.066.334,8	23,64	1.127.322,7	25,00	1.090.909,1	23,85	1.094.344,3	24,11	1.090.324,2	24,32	1.088.965,1	24,34	1.084.680,6	24,15
Despesa ⁽²⁾	21,35	21,60	22,38	21,70	1.009.961,8	22,39	1.055.861,7	23,41	993.936,1	21,73	997.371,3	21,97	993.351,2	22,16	991.992,1	22,17	1.013.307,6	22,56
Resultado	2,31	1,27	2,05	2,22	56.373,0	1,25	71.461,0	1,58	96.973,0	2,12	96.973,0	2,14	96.973,0	2,16	96.973,0	2,17	71.373,0	1,59
PAC ⁽³⁾	0,26	0,55	0,59	0,68	40.600,0	0,90	25.600,0	0,57	25.600,0	0,57
Resultado II ⁽⁴⁾	2,57	1,82	2,64	2,89	96.973,0	2,15	97.061,0	2,15	96.973,0	2,12	96.973,0	2,14	96.973,0	2,16	96.973,0	2,17	96.973,0	2,16
Memorando																		
Recebíveis de Itaipu	0,04	0,04	0,04	0,03
PIB (%)	5,16	(0,33)	7,53	2,73	5,00	4,50	4,50	4,50	4,50	3,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE; LDO e Orçamento de 2012; Avaliações e decretos citados; SPE/MF e e SOF/MP. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Inclui no resultado das estatais os recebíveis de Itaipu, conforme relatórios de cumprimento de metas do Tesouro.

⁽²⁾ Inclui como despesas as transferências a estados e municípios e discrepância estatística.

⁽³⁾ Até 2009, PPI.

⁽⁴⁾ Retira da meta/realizado as despesas atribuídas ao PAC.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO, 2002-2012

	Dezembro							Outubro					
	2002	...	2007	2008	2009	2010	2011	No Ano até o Mês			12 Meses encerrados no Mês		
								2010	2011	2012	2010	2011	2012
	<u>(% do PIB)</u>												
Nominal	4,45		2,80	2,04	3,28	2,48	2,61	2,29	2,32	2,47	2,38	2,49	2,72
União	0,69		2,25	0,84	3,38	1,22	2,10	1,32	1,92	1,47	1,44	1,73	1,72
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	-0,47		0,44	-0,39	-0,06	-0,46	2,11	1,32	1,91	1,47	1,43	1,72	1,73
Estatais Federais	0,01		0,01	0,02	0,06	0,01	(0,01)	(0,00)	0,00	0,00	0,00	0,01	(0,01)
Governos Regionais	3,76		0,55	1,20	(0,10)	1,26	0,50	0,97	0,40	1,01	0,94	0,76	1,00
Juros nominais	7,66		6,11	5,46	5,28	5,18	5,69	5,10	5,79	4,89	5,06	5,75	4,97
União	2,94		4,42	3,18	4,64	3,30	4,36	3,32	4,43	3,23	3,44	4,23	3,36
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	2,84		4,47	3,17	4,62	3,30	4,36	3,32	4,42	3,22	3,44	4,22	3,36
Estatais Federais	0,11		(0,05)	0,00	0,01	(0,01)	0,01	(0,00)	0,01	0,00	(0,00)	0,00	0,00
Governos Regionais	4,72		1,68	2,28	0,64	1,89	1,35	1,79	1,36	1,34	1,63	1,52	1,60
Primário	(3,22)		(3,31)	(3,42)	(2,00)	(2,70)	(3,11)	(2,81)	(3,47)	(2,42)	(2,68)	(3,26)	(2,25)
União	(2,26)		(2,17)	(2,34)	(1,26)	(2,07)	(2,26)	(2,00)	(2,52)	(1,76)	(2,00)	(2,50)	(1,64)
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	(2,16)		(2,23)	(2,35)	(1,31)	(2,09)	(2,25)	(2,00)	(2,51)	(1,76)	(2,01)	(2,51)	(1,63)
Sendo: INSS	1,15		1,69	1,19	1,32	1,14	0,86	1,36	1,06	1,15	1,17	0,91	0,94
Estatais Federais	(0,10)		0,06	0,01	0,05	0,02	(0,01)	0,00	(0,01)	(0,00)	0,01	0,01	(0,01)
Governos Regionais	(0,96)		(1,14)	(1,08)	(0,74)	(0,63)	(0,85)	(0,81)	(0,96)	(0,66)	(0,68)	(0,76)	(0,61)
	<u>(R\$ Milhões)</u>												
Primário	(47.524,5)		(88.078,0)	(103.583,6)	(64.768,8)	(101.696,0)	(128.710,5)	(86.676,5)	(118.572,4)	(88.214,2)	(99.105,8)	(133.592,0)	(98.352,3)
União	(33.372,9)		(57.818,9)	(70.890,0)	(40.833,8)	(78.099,7)	(93.614,6)	(61.615,2)	(85.900,2)	(64.094,9)	(73.885,0)	(102.384,6)	(71.809,3)
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	(31.919,1)		(59.438,7)	(71.307,9)	(42.443,2)	(78.723,3)	(93.035,5)	(61.664,2)	(85.724,5)	(64.060,3)	(74.211,9)	(102.783,6)	(71.371,4)
Sendo: INSS	16.997,5		44.881,7	36.206,7	42.867,9	42.890,0	35.546,3	41.940,4	36.215,5	42.016,2	43.300,2	37.165,1	41.347,0
Estatais Federais	(1.453,8)		1.619,9	418,0	1.609,4	623,6	(579,1)	49,0	(175,7)	(34,5)	326,9	398,9	(437,9)
Governos Regionais	(14.151,6)		(30.259,1)	(32.693,7)	(23.935,0)	(23.596,4)	(35.095,9)	(25.061,3)	(32.672,3)	(24.119,4)	(25.220,8)	(31.207,4)	(26.543,0)
Memorando:													
PIB a preços correntes	1.477.822		2 661 344	3 032 203	3 239 404	3.770.085	4.143.013	3.082.688	3.412.760	3.646.224	3.694.048	4.100.157	4.376.477

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Inclui o Banco Central.



ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2012															
Decretos de Programação Financeira do Poder Executivo - Limites em 3 de Dezembro para o Empenho de Despesas Discricionárias, incluindo Obrigatórias Sujeitas a Programação															
	Demais				Obrigatórias				Total				Corte Inicial	Corte Atualizado em relação à Lei	Emendas (1)
	Lei	Lei + Créditos	Limite Decreto 7.680	Limite Atualizado	Lei	Lei + Créditos	Limite Decreto 7.680	Limite Atualizado	Lei	Lei + Créditos	Limite Decreto 7.680	Limite Atualizado			
Presidência da República	3.248	3.434	2.723	2.854	108	109	108	109	3.357	3.543	2.831	2.963	535	393	404
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.158	3.168	1.199	1.540	212	224	212	224	3.369	3.391	1.411	1.763	1.958	1.606	1.681
Ciência e Tecnologia	6.631	6.633	5.145	5.214	85	90	85	90	6.716	6.723	5.230	5.303	1.486	1.413	629
Fazenda	3.367	3.372	2.640	3.077	304	304	304	304	3.671	3.676	2.944	3.381	727	290	14
Educação	27.273	29.848	25.335	25.388	8.025	8.196	8.025	8.196	35.298	38.044	33.361	33.584	1.938	1.715	1.975
Desenv., Indústria e Comércio Exterior	1.265	1.270	703	917	20	20	20	20	1.285	1.291	723	937	562	348	195
Justiça	5.098	4.916	2.851	3.283	284	286	284	285	5.382	5.201	3.135	3.568	2.247	1.814	756
Minas e Energia	991	964	772	789	47	48	47	48	1.038	1.012	819	837	219	201	113
Previdência Social	1.992	2.072	1.500	1.805	319	320	319	320	2.312	2.391	1.819	2.125	493	187	106
Relações Exteriores	967	1.176	1.119	1.156	57	86	57	67	1.025	1.262	1.176	1.223	(151)	(198)	31
Saúde	20.346	20.809	14.874	12.263	57.236	57.176	57.236	58.571	77.582	77.985	72.110	70.834	5.473	6.748	6.272
Trabalho e Emprego	1.180	1.180	900	908	65	65	65	65	1.244	1.244	965	972	279	272	135
Transportes	18.826	18.904	16.850	16.390	215	216	215	216	19.041	19.120	17.065	16.606	1.976	2.435	3.054
Comunicações	796	808	450	550	21	21	21	21	816	829	471	572	345	245	0
Cultura	1.518	1.626	1.078	1.129	26	27	26	27	1.544	1.653	1.104	1.156	440	388	342
Meio Ambiente	962	1.028	765	786	50	50	50	50	1.012	1.078	815	836	197	176	126
Planejamento, Orçamento e Gestão	675	675	555	587	393	291	393	1.232	1.068	966	948	1.819	120	(751)	10
Desenvolvimento Agrário	3.461	3.461	2.267	2.340	180	180	180	180	3.641	3.641	2.447	2.520	1.194	1.121	738
Esporte	2.472	2.472	670	1.017	47	47	47	47	2.519	2.519	717	1.065	1.802	1.454	1.010
Defesa	13.699	14.212	10.380	12.428	2.826	2.847	2.826	2.847	16.525	17.060	13.206	15.275	3.319	1.250	1.245
Integração Nacional	6.606	6.789	4.413	4.402	38	38	38	38	6.644	6.828	4.451	4.440	2.193	2.204	2.489
Turismo	2.610	2.610	600	912	3	3	3	3	2.613	2.613	603	915	2.010	1.698	1.911
Desenv. Social e Combate à Fome	5.889	5.897	4.958	4.958	19.233	20.528	19.233	21.098	25.122	26.424	24.191	26.055	931	(933)	687
Cidades	20.741	20.741	17.419	17.872	42	42	42	42	20.783	20.783	17.461	17.914	3.322	2.869	3.383
Ministério da Pesca e Aquicultura	290	290	214	226	2	2	2	2	292	292	216	228	76	64	63
Encargos Financeiros da União	1.967	1.965	663	1.427	-	-	-	2.285	1.967	1.965	663	3.713	1.304	(1.745)	-
Transf. Estados, DF e Municípios	34	34	13	13	74	74	74	74	108	108	86	86	22	22	22
Operações Oficiais de Crédito	139	141	138	138	-	-	-	-	139	141	138	138	1	1	-
TOTAL	156.204	160.495	121.194	124.368	89.913	91.289	89.913	96.461,5	246.117	251.784	211.107	220.830	35.018	25.287	27.392

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal, incluindo Portarias autorizando o uso da reserva orçamentária. Elaboração dos autores.

(1) Soma por órgão das dotações de ações que saíram na Lei em valor acima do apresentado no projeto de lei orçamentária.